Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2020 Nº 24.675 Preço banca: R$ 3,50

SP está fazendo 8 mil testes para diagnóstico de coronavírus por dia

O estado de São Paulo faz, a cada dia, oito mil testes para diagnóstico do novo coronavírus, seja por RT-PCR, que identifica o material genético do vírus, seja pelo teste rápido, que identifica a presença de anticorpos do vírus no sangue. Em abril eram feitos mil exames por dia. A informação foi dada na quinta-feira (4) pelo diretor do Instituto Butantan e membro do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, Dimas Covas. Em todo o estado, mais de 8,5 mil pessoas morreram em decorrência da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Página 2

Caixa emprestou R$ 1,3 bi para estados e municípios em dois dias

Página 3

São Paulo reabre escritórios e concessionárias de veículos

Página 2

Senado aprova uso obrigatório de máscaras em todo país

O Senado Federal aprovou na quinta-feira (4) um projeto de lei (PL) que obriga o uso máscaras em locais públicos ou privados, mas acessíveis ao público, em todo o país. A obrigatoriedade do uso engloba transporte público (como ônibus e metrô), dentro de táxis ou carros de aplicativo e aviões. Por ter sido alterado no Senado, o texto volta à Câmara para nova apreciação. Página 5

Mata Atlântica: Salles revoga despacho sobre regularização de invasões

Página 4

Maia aguarda proposta do governo para debater prorrogação de auxílio

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse na quinta-feira (4) esperar uma proposta oficial do governo sobre a prorrogação do auxílio emergencial de R$ 600 por mais 60 dias. Página 4

Espanha reabrirá fronteiras terrestres com Portugal e França neste mês

A ministra da Indústria e do Turismo espanhola, Reyes Maroto, disse n, a quinta-feira (4) que todas as restrições a cruzamentos nas fronteiras com França e Portugal serão suspensas a partir do dia 22 de junho.

As autoridades fecharam as fronteiras a todos que não sejam espanhóis, trabalhadores e caminhoneiros que atravessam as divisas, em meados de março, quando o país entrou em isolamento para frear o contágio do novo coronavírus.

Maroto disse aos repórteres que a Espanha provavelmente encerrará a quarentena de pessoas chegando por terra da França e de Portugal na mesma ocasião, mas acrescentou que isso ainda precisa ser aprovado. Página 3

Brasil tem 4,6 milhões de endividados sem capacidade de pagamento

Foto/Marcello Casal Jr/ABR

Cerca de 4,6 milhões de endividados no Brasil devem a instituições financeiras mais do que podem pagar. É o chamado, pelo Banco Central (BC), de endividamento de risco, formado por casos em que há inadimplência, comprometimento de renda, empréstimos em várias modalidades e renda abaixo da linha da pobreza. Página 3

Covid 19 Brasil tem 253.570 pessoas recuperadas, 33.781 mortos e 607.777 contaminados

Sobe para 27 total de mortos por chuvas em El Salvador

O número de mortos provocados pela tempestade tropical Amanda em El Salvador subiu para 27, após um deslizamento de terras ter soterrado sete pessoas na quarta-feira (3). As fortes chuvas deixaram pelo menos onze mil pessoas desalojadas.

As chuvas, associadas à depressão tropical, provocaram um deslizamento de terras numa colônia na cidade de Santo Tomás, onde uma família de sete pessoas, dois adultos e cinco filhos pequenos, foi soterrada. Página 3

Previsão do Tempo

Sexta: Sol, com pancadas de chuva de manhã e muitas nuvens à tarde. À noite, tempo firme.

23º C
16º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,13
Venda: 5,13

Turismo
Compra: 5,10
Venda: 5,40

EURO
Compra: 5,81
Venda: 5,81

Esporte

Calendário do Sertões Series muda. Rally de São Paulo acontece de 1 a 3 de outubro

O calendário do Sertões Series foi atualizado com mudanças importantes. O Rally de São Paulo será realizado entre 1 e 3 de outubro e não mais de 3 a 5 de dezembro. O Sertões Series Santa Catarina, previsto inicialmente para outubro, passa para o primeiro trimestre de 2021. A decisão de antecipar o Rally de São Paulo foi tomada em conjunto com o governo do Estado. Três motivos justificam a mudança: impactos da Pandemia e do isolamento social. Oportunidade para aquecer a economia local na região do Vale do Ribeira antes do verão, oferecer a pilotos e equipes a oportunidade de preparar melhor as suas máquinas antes do Sertões 2020 com largada em São Paulo no dia 7/11.

No mesmo dia, a FIM – Federação Internacional de Motociclismo e a Dunas, empresa que organiza o Sertões, definiram que o maior Rally das Américas volta ao Campeonato Mundial em 2021. O calendário do Mundial de Cross Country ficou muito comprimido, com apenas três datas ideais disponíveis. Com as restrições de viagens internacionais impostas pela pandemia, FIM e Dunas decidiram em conjunto que seria do maior interesse dos competidores evitar uma viagem ao Brasil em 2020.

Para FIM e Dunas, confirmar o Sertões como etapa do Mundial 2021 é garantia de que as melhores equipes e pilotos do mundo virão ao Brasil no seu melhor momento para enfrentar nossos pilotos e nossas equipes também na sua melhor fase.

O Sertões: No ano da sua 28ª. Edição, o Sertões segue trazendo novidades. Projeta o futuro em três dimensões: Esporte, Social e Turismo. O lado competitivo da prova evolui com novos desafios de navegação, velocidade e tecnologia e agora com uma competição virtual. O lado Social, também conhecido pelo trabalho do S.A.S. (Saúde e Alegria nos Sertões), praticamente dobra a sua capacidade de atendimento das populações sertanejas por onde o Sertões passa. Cidades remotas com população carente. O SAS ampliou muito o seu escopo em tempos de Pandemia atuando nas grandes comunidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com técnicas de telemedicina, o projeto social cresce ao ponto de poder atender até 40.000 pessoas com consultas remotas. Finalmente: a dimensão, turística. O Sertões mostra lugares que pouca gente conhece e agora tem uma estrutura capaz de levar turistas para acompanhar a prova e todas as atrações do entorno. Quando a Pandemia passar, os expedicionários do Sertões poderão escolher suas viagens em um cardápio com mais de 15 opções diferentes oferecido por 9 empresas homologadas. Mais ainda, as "expedições Sertões" são agora uma opção de viagens aberta o ano inteiro.

Foto/Divulgação

Sertões *abriga etapa do Mundial para UTV e Moto em 2021*

CALENDÁRIO ATUALIZADO

26 a 29/08 – Series Jalapão; 01 a 03/10 – Series São Paulo; 07 a 15/11 – Sertões.

F1 Virtual: irmãos Pietro e Enzo Fittipaldi correm juntos no GP do Azerbaijão

A F1 Virtual está chegando para sua sexta e penúltima etapa neste domingo no circuito de rua de Baku, no Azerbaijão, e os irmãos Pietro e Enzo Fittipaldi vão acelerar juntos pela segunda vez na competição. Pietro conquistou a pole position na etapa passada em Mônaco, com classificatório disputado sob chuva. Piloto reserva e de testes da Haas na F1, ele tem feito todas as provas do campeonato desde que a equipe americana entrou na disputa da F1 Virtual.

"As provas virtuais da F1 são sempre emocionantes e mais uma vez vai ser especial correr junto com o meu irmão (Enzo). Fiquei muito feliz por ter feito a pole position em Mônaco na etapa passada e quem sabe agora podemos conseguir um pódio no Azerbaijão, outra pista de rua bem desafiadora com curvas fechadas e com uma reta dos boxes bem longa", diz Pietro, que entrou para o time de desenvolvimento da Haas ainda em novembro de 2018.

Enzo correrá pela segunda vez com a equipe de eSports da Ferrari. O piloto, que foi campeão da F4 Italiana em 2018 e vice na F3 Regional em 2019, correu no GP Virtual do Brasil, disputado em Interlagos, ao lado de Leclerc e largou na segunda fila do grid, à frente do monegasco, fechando a corrida em sexto lugar.

Além dos irmãos Fittipaldi, o GP Virtual do Azerbaijão vai ter a presença de oito pilotos titulares da F1 atual. São eles: Leclerc (Ferrari), Lando Norris (McLaren), Antonio Giovinazzi (Alfa Romeo), Pierre Gasly (Alpha Tauri), Alexander Albon (Red Bull), Sergio Perez (Racing Point) e a dupla da Williams formada por George Russell e Nicholas Latifi.

A prova terá também alguns craques do futebol como convidados: o zagueiro Aymeric Laporte (Manchester City) e os goleiros Thibaut Courtois (Real Madrid) e Gianluigi Donnarumma (Milan). O GP Virtual do Azerbaijão será disputado neste domingo às 14h (horário de Brasília). A corrida pode ser acompanhada no canal oficial da F1 no YouTube e também no Twitch dos Fittipaldi Brothers. A última etapa da F1 Virtual será no circuito do Canadá, no final de semana seguinte.

SP está fazendo 8 mil testes para diagnóstico de coronavírus por dia

O estado de São Paulo faz, a cada dia, oito mil testes para diagnóstico do novo coronavírus, seja por RT-PCR, que identifica o material genético do vírus, seja pelo teste rápido, que identifica a presença de anticorpos do vírus no sangue. Em abril eram feitos mil exames por dia. A informação foi dada na quinta-feira (4) pelo diretor do Instituto Butantan e membro do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, Dimas Covas. Em todo o estado, mais de 8,5 mil pessoas morreram em decorrência da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

Segundo Covas, o estado está ampliando a capacidade de testes do novo coronavírus. Isso já teve início em meados do mês passado, quando começaram a ser testados policiais e seus familiares. Segundo Dimas Covas, serão testados 35 mil policiais militares, civis, bombeiros e técnico-científicos e as famílias desses policiais, em um total de 145 mil exames. Até este momento, de acordo com ele, foram testados cerca de 70 mil policiais e seus familiares. Desse total, 20% demonstraram ter tido contato com o vírus. "A taxa de positividade dessas pessoas que foram expostas ao vírus e que já adquiriram imunidade é em torno de 20%", disse Covas.

Na quinta-feira (4), começa a ser testada a população da Fundação Casa, em suas 138 unidades do estado, com 4,8 mil internos. Também foi iniciada na quinta-feira, a testagem de profissionais da saúde do Hospital das Clínicas (HC) na cidade de Ribeirão Preto e do Hospital das Clínicas de São Paulo. "No HC de Ribeirão Preto serão testados 12 mil funcionários. No HC de São Paulo serão 20 mil funcionários", detalhou.

Outro público que começará a ser testado são as pessoas que vivem nos 552 asilos do estado.

O governo paulista também pretende testar não somente a população carcerária, de asilos e das áreas de saúde e de segurança, mas também os doadores de sangue e todas as pessoas que apresentem sintomas leves de gripe. Até abril, o estado testava somente as pessoas que estavam internadas. "São Paulo é o estado do Brasil que mais testa e vai chegar ao nível de testagem de países como Itália e Espanha", enfatizou Covas. (Agencia Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Foi se tornando referência também na Internet, pelo site www.cesarneto.com ... Twitter **@cesarnetoreal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

*

CÂMARA (SP)

Vários vereadores, como por exemplo o empresário (comércio de carnes) Zé Turin (PODEMOS ex-PTN), seguem trabalhando pra que a prefeitura agilize a reabertura comercial, porque já há falências por causa da pandemia Covid-19

*

PREFEITURA (SP)

Assim como o PT lançou a candidatura da deputada federal Benedita da Silva pra prefeitura do Rio, o PC do B pode lançar o deputado federal Orlando Silva pra prefeitura paulistana. A questão racial tá tão em alta como a pandemia Covid- 19

*

ASSEMBLEIA (SP)

Sob orientação do advogado do MBL, Rubinho Nunes - candidato à vereador (PATRIOTA), o deputado Arthur 'Mamãe Falei' tá diminuindo ataques às instituições. A pandemia Covid-19 mudou as lógicas das candidaturas à prefeitura de São Paulo

*

GOVERNO (SP)

João Doria (dono do PSDB 'liberal de centro') acredita piamente nas medidas - inclusive retrocedendo - do Estado de São Paulo, em relação às reaberturas graduais das atividades econômicas (pelas lógicas do vírus da pandemia Covid-19)

*

CONGRESSO (BR)

Deputado Derrite (PROGRESSISTAS) entrou com projeto de lei criminalizando o que hoje é apenas contravenção. A destruição ou queima da bandeira do Brasil, como aconteceu em Curitiba durante manifestações de grupos criminosos

*

PRESIDÊNCIA (BR)

Apesar de Jair Bolsonaro (ex-PSL e ainda sem partido) não ter completado sequer 1 ano e meio de governo, não há mais espaços pra erros estratégicos ou alianças com quem parecia fiel e leal. Não há mais espaço pra políticos amadores

*

PARTIDOS (BR)

Quem segue em plena campanha (ou Congresso ou Presidência) pra 2022 é o ex-juiz e ex-ministro (Justiça) Sérgio Moro. Por ora - agora com treinamento em mídia - quer fazer sua pré-campanha como comentarista (imprensa ou redes sociais)

*

JUSTIÇAS (BR)

A Lei chamada de 'Ficha Limpa' completou 10 anos. Por ironia, foi o Presidente Lula (dono do PT) quem assinou. Em 2018, foi ela que o tirou da disputa na eleição Presidencial 2018, por estar condenado e preso; portanto com 'Ficha Suja'

*

HISTÓRIAS (BR)

A chances de Bolsonaro-Mourão (PSL - PRTB) terem sua chapa Presidencial 2018 cassada pelo Superior Tribunal Eleitoral são praticamente nulas. Até o novo presidente, ministro (Supremo) Barroso, considera não haver jurisprudência pra condenar

cesar@cesarneto.com

Estudo da USP indica que coronavírus é capaz de infectar células do músculo cardíaco

Uma pesquisa desenvolvida na Universidade de São Paulo (USP) mostrou que o novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, é capaz de infectar as células que formam o músculo cardíaco, também conhecidas como cardiomiócitos. A descoberta permitirá aprimorar os modelos celulares usados para testar o potencial de fármacos no tratamento da enfermidade e de outras doenças que afetam o coração.

A pesquisa envolve cientistas do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) e do Instituto de Biociências (IB) da universidade, que já vinham testando desde março diversos medicamentos em linhagens de células Vero – originárias de rins de macaco – infectadas pelo SARS-CoV-2.

Segundo Lúcio Freitas Junior, coordenador da Plataforma de Triagem Fenotípica do ICB-USP, um dos fatores que limitam as pesquisas que buscam analisar a interação do vírus com as células é a dificuldade de obter modelos celulares humanos. Como o comportamento do vírus pode variar em diferentes tipos celulares e organismos, o ideal é usar células humanas que sejam relevantes para o estudo de patógenos causadores de doenças em humanos, como o SARS-CoV-2.

"O processo de obtenção e diferenciação das células humanas primárias é mais trabalhoso e custoso do que a utilização de linhagens imortalizadas – normalmente derivadas de tumores, no caso de células humanas. O SARS-CoV-2 parece infectar pouco as células de linhagens imortalizadas humanas em comparação com as células Vero de macaco", explica o pesquisador à Agência Fapesp.

Tipos celulares

Os cardiomiócitos usados nos testes foram obtidos com pesquisadores do Laboratório Nacional de Células-Tronco Embrionárias (LaNCE) do ICB-USP, coordenado pela professora Lygia da Veiga Pereira. O grupo produz modelos celulares mais próximos das condições fisiológicas do ser humano.

O uso de células humanas primárias para testar a eficácia de medicamentos contra o novo coronavírus pode otimizar a pesquisa e diminuir a espera para ensaios em humanos. Além disso, é possível estudar a interação do patógeno com diferentes tipos celulares e avaliar se a atividade de fármacos candidatos é a mesma em diferentes células. O laboratório está padronizando os ensaios, e os experimentos iniciais ocorrerão nas próximas semanas.

Uma vez identificados os medicamentos com potencial para combater o SARS-CoV-2, os resultados serão avaliados com especialistas clínicos para estudos preliminares em humanos. No entanto, ainda não é possível estimar quanto tempo levará até essa próxima etapa.

São Paulo reabre escritórios e concessionárias de veículos

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, anunciou o funcionamento presencial de escritórios e concessionárias de veículos na cidade a partir desta sexta-feira (5). Segundo Covas, na quinta-feira (4), os dois setores assinaram com a prefeitura o protocolo com as diretrizes sobre o funcionamento parcial dos estabelecimentos.

Pelo protocolo, o funcionamento presencial será pelo período de quatro horas diárias – com início e final não coincidente com o horário de pico da cidade -, espaçamento de 1,5 metro entre os funcionários, estímulo ao teletrabalho, principalmente para mães com filhos pequenos, e o compromisso de que as empresas evitem que grupos de risco trabalhem presencialmente.

Serão também obrigatórios o uso de máscaras pelos funcionários e clientes, a medição de temperatura e a testagem de covid-19 em funcionários que apresentarem sintomas. Será necessário ainda que a empresa disponha de álcool em gel 70%, água, sabão e toalhas descartáveis.

O protocolo determina ainda que os locais que atendem ao público funcionem com apenas 20% de sua lotação máxima e reforcem a higienização dos sistemas de ar condicionado.

Bruno Covas informou que, com a abertura dos dois setores, o transporte coletivo, que hoje atua com frota reduzida (2,4 mil ônibus), será reforçado.

A capital paulista flexibilizou, no último sábado (30), a quarentena na cidade, com a permissão de que parte dos setores do município voltassem a funcionar presencialmente desde que seguissem um protocolo aprovado pela prefeitura. Os setores de escritórios e de concessionárias serão, a partir de amanhã, os dois primeiros a se beneficiar da abertura. (Agencia Brasil)

Comércio no estado de São Paulo deve ter queda de 33% em junho

O mês de junho deve registrar uma queda de 33% nas vendas do comércio varejista do estado de São Paulo, com prejuízo de mais de R$ 19 bilhões, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com levantamento da FecomercioSP. Quando avaliado o todo primeiro semestre de 2020, o recuo deve ser de aproximadamente 20%, resultado do fechamento de parte do comércio não essencial nos meses de março, abril e maio.

Segundo apurado pela entidade, a procura por presentes para o Dia dos Namorados deve ser pequena, já que foi registrada baixa intenção de consumo das famílias. "A retomada gradual e faseada em junho, respeitando as condições regionais, deverá se dar de forma muito lenta, em que a grande parte do varejo não está operando de forma plena ao longo do mês, limitando, portanto, as vendas no Dia Dos Namorados", afirmou a FecomercioSP.

De acordo com os dados, o segmento de vestuário deve recuar em 67% em junho, com prejuízos em torno de R$ 3,5 bilhões. No acumulado do ano, a queda deve ser de 44%, refletindo também a baixa nas vendas no Dia das Mães.

Segundo a FecomercioSP, o ano de 2020 deve apresentar o pior desempenho do comércio varejista de sua história. A entidade acredita que no pós-pandemia a estrutura do comércio varejista também voltará bem debilitada, com quadro reduzido de funcionários, endividamento, baixa liquidez e níveis de estoques inadequados.

"A FecomercioSP não espera uma recuperação rápida frente à crise, pois as famílias tiveram suas rendas encolhidas decorrentes das altas do desemprego e do endividamento, com a intenção de consumo drasticamente reduzida e focada apenas em produtos essenciais, como alimentos e remédios, tal como ocorreu na recessão de 2015 e 2016. (Agencia Brasil)

Etecs e Fatecs fazem plantão remoto e gratuito para IR 2020

O prazo para entrega da declaração de Imposto de Renda 2020, adiado neste ano pela pandemia de Covid-19, encerra-se no dia 30 de junho. Ainda dá tempo de se organizar e não deixar a elaboração e entrega do documento para a última hora.

As Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais oferecem plantões à distância gratuitos para orientar o contribuinte no preenchimento da declaração, que é obrigatória para quem recebeu mais de R$ 28.559,70 no ano ou a média de R$ 2.379,97 por mês.

O atendimento é realizado pelos estudantes com a supervisão dos professores. O professor Rodrigo Campos, da Etec Prof. Idio Zucchi, de Bebedouro, lembra da importância de entregar a declaração no prazo para evitar a multa. Os valores da penalidade variam. O valor mínimo é de R$ 165,74, mas pode chegar a 20% do valor do imposto devido.

Campos destaca ainda que, a partir deste ano, não será mais possível fazer a dedução do valor pago ao empregado doméstico no Imposto de Renda. "Até 2019, o empregador podia abater gastos de até R$ 1,2 mil para esse fim com a previdência", explica o educador.

Documentação

É importante ficar à documentação, que deve ser reunida para preenchimento da declaração: comprovantes de rendimentos do ano-calendário 2019; declaração do ano anterior com recibo de entrega (se houver); número do RG, CPF e título de eleitor; endereço residencial; dados da conta bancária para restituição; comprovantes de despesas que possam ser abatidas (consultas médicas, exames clínicos, mensalidades escolares, contribuição para previdência privada, entre outros); documentos de compra e/ou venda de bens em 2019; comprovantes de pagamento de pensão alimentícia, de doação, herança, empréstimos ou consórcios (se possuir); CPF dos dependentes e alimentandos.

Outra dica, segundo o professor Rodrigo Campos, é gravar a declaração do IR em um pen drive e no computador. A cópia poderá ser útil para consultas futuras ou em caso de necessidade de comprovação de quitação com a Receita.

Neste ano, a Receita reduziu de sete para cinco o número de lotes de restituição. O primeiro pagamento foi feito no dia 29 de maio e o último será no dia 30 de setembro. As categorias com prioridade no recebimento da restituição são aquelas com pessoas acima de 80 anos, os contribuintes com mais de 60 anos, as pessoas com deficiência física ou doença grave e os contribuintes que tenham o magistério como maior fonte de renda.

Conheça as unidades do Centro Paula Souza que oferecem plantões remotos para esclarecimento de dúvidas. As Etecs e a Fatecs aparecem por ordem alfabética de município, com datas e horários do serviço no site da instituição.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Brasil tem 4,6 milhões de endividados sem capacidade de pagamento

Cerca de 4,6 milhões de endividados no Brasil devem a instituições financeiras mais do que podem pagar. É o chamado, pelo Banco Central (BC), de endividamento de risco, formado por casos em que há inadimplência, comprometimento de renda, empréstimos em várias modalidades e renda abaixo da linha da pobreza.

No Brasil, a população com carteira de crédito ativa atingiu 85 milhões de tomadores em dezembro de 2019. Desse total, 5,4% ou 4,6 milhões de tomadores estavam em situação de endividamento de risco, informou na quinta-feira (4) o BC no Relatório de Economia Bancária.

Para fazer essa análise, o BC considerou como endividado de risco o tomador de crédito que atende a dois ou mais destes critérios: atrasos superiores a 90 dias no pagamento das parcelas de crédito; comprometimento da renda mensal acima de 50% devido ao pagamento do serviço das dívidas (pagamento de juros e amortizações do valor emprestado); várias modalidades de crédito simultaneamente: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo; renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza (R$ 439,03 mensais).

Perfil

De acordo com o relatório, o percentual de endividados de risco é crescente com a idade, atingindo 7,8% da população endividada acima de 65 anos, praticamente o dobro do observado nos tomadores com até 34 anos (3,8%). Ou seja, dos 12,4 milhões de tomadores de crédito com idade acima de 65 anos, 1 milhão eram endividados de risco (7,8%). Entre 34 a 54 anos, o percentual é 4,9%, e entre 55 e 65 anos, 7,2%.

Quanto à faixa de renda mensal, a classe dos tomadores com renda entre R$ 5 mil e R$ 10 mil é a que apresenta a maior parcela de endividados de risco, 6,5%. Até R$ 1 mil, o percentual é 5,7%, entre R$ 1 mil e R$ 2 mil, 4,7%, entre R$ 2 mil e R$ 5 mil, 5,6%, acima de R$ 10 mil, 4,7%. (Agencia Brasil)

Captação da poupança bate recorde em maio

Aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros, a caderneta de poupança voltou a atrair o interesse dos brasileiros em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid-19). No mês passado, os investidores depositaram R$ 37,2 bilhões a mais do que retiraram da aplicação, informou na quinta-feira (4) o Banco Central. Em maio do ano passado, os brasileiros tinham sacado R$ 718,7 milhões a mais do que tinham depositado.

Essa foi a maior captação líquida para todos os meses desde o início da série histórica, em 1995. Com o resultado do mês passado, a poupança acumula entrada líquida de R$ 63,9 bilhões nos cinco primeiros meses do ano.

A aplicação tinha começado o ano no vermelho. Em janeiro e fevereiro, os brasileiros retiraram R$ 15,93 bilhões a mais do que depositaram. A situação começou a mudar em março, com o início da pandemia da covid-19, quando os depósitos superaram os saques em R$ 12,17 bilhões. Em abril, a poupança captou R$ 30,46 bilhões.

A queda expressiva da bolsa de valores e a instabilidade em outros investimentos, como títulos do Tesouro, refletiram-se em maior volume de depósitos na poupança. Por causa da turbulência no mercado financeiro, os títulos do Tesouro Direto têm registrado oscilações nas taxas de juros.

Rendimento

Com rendimento de 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia), a poupança atraiu mais recursos mesmo com os juros básicos em queda. Com a Selic no menor nível da história, o investimento estava rendendo menos que a inflação no início do ano. No entanto, a expectativa de que a inflação caia por causa da crise econômica provocada pelo novo coronavírus pode fazer a aplicação terminar o ano com rendimento positivo.

Nos 12 meses terminados em maio, a aplicação rendeu 3,35%, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que serve como prévia da inflação oficial, atingiu 1,96%. O IPCA cheio de maio será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 10.

Para 2020, o Boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, prevê inflação oficial de 1,55% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com a atual fórmula de rendimento, a poupança está rendendo 2,1% em 2020, considerando a redução da Selic para 3% ao ano.

Histórico

Até 2014, os brasileiros depositavam mais do que retiravam da poupança. Naquele ano, as captações líquidas chegaram a R$ 24 bilhões. Com o início da recessão econômica, em 2015, os investidores passaram a retirar dinheiro da caderneta para cobrir dívidas, em um cenário de queda da renda e de aumento de desemprego.

Em 2015, R$ 53,57 bilhões foram sacados da poupança, a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R$ 40,7 bilhões. A tendência inverteu-se em 2017, quando as captações excederam as retiradas em R$ 17,12 bilhões, e em 2018, com captação líquida de R$ 38,26 bilhões. Em 2019, a poupança registrou captação líquida de R$ 13,23 bilhões. (Agencia Brasil)

Mais maquininhas receberão pagamentos feitos com auxílio emergencial

As compras pelo celular com uso dos recursos do auxílio emergencial depositados em poupança social da Caixa poderão ser feita em mais maquininhas de cartão. Inicialmente, a Caixa anunciou a medida em parceria com a bandeira Elo.

Na quinta-feira (4), o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central (BC), João Manoel Pinho de Mello, disse que a instituição financeira está "extremamente vigilante" quanto à falta de concorrência relacionada a essa parceria entre Caixa e Elo, mas afirmou que a medida foi tomada em situação de urgência para evitar aglomerações em meio à pandemia de covid-19. Ao poder usar o dinheiro em compras por débito, evita-se a necessidade de ir ao banco para sacar o dinheiro.

"Lembrando de sopesar os interesses públicos aqui, estamos extremamente vigilantes. O mais rapidamente esse arranjo de pagamento dará acesso, o mais simétrico possível, a todos os credenciadores de estabelecimentos comerciais", disse, em entrevista coletiva transmitida pela internet, para apresentar o Relatório de Economia Bancária, divulgado na quinta-feira pelo BC.

O diretor acrescentou que o BC, por meio de uma circular, limitou as taxas cobradas dos comerciantes nas compras por meio das maquininhas usando o cartão virtual.

Compras

As compras com o cartão virtual é feita por meio de código QR (uma forma mais avançada do código de barras que pode ser lido por câmeras de celulares).

Para fazer a compra com o cartão virtual, o usuário tem que acessar o aplicativo Caixa Tem, usado para movimentar as contas poupança digitais, e escolher a opção pagar na maquininha. Em seguida, a câmera do celular automaticamente abrirá. O usuário deverá apontá-la para o código QR que aparecerá na maquininha, conferir o valor da compra a apertar o botão confirmar na tela do celular.

Em seguida, a maquininha do cartão imprimirá o recibo dizendo que a compra foi efetuada. Uma via ficará com o estabelecimento. (Agencia Brasil)

Caixa emprestou R$ 1,3 bi para estados e municípios em dois dias

Dois dias depois da ampliação do limite para que estados e municípios possam contratar empréstimos no sistema financeiro, a Caixa Econômica Federal emprestou R$ 1,3 bilhão para 45 governos locais (estados e municípios), disse na quinta-feira (4) a vice-presidente do banco, Tatiana Thomé. O banco concentra 70% dos empréstimos para prefeituras e governos estaduais no país.

Desse total, a maior parte R$ 414 milhões (32%) foi para a Região Sul. Em segundo lugar, ficou o Nordeste, com R$ 411 (31%); seguido pelo Sudeste, com R$ 304 milhões (23%); pelo Centro-Oeste, com R$ 165 milhões (13%); e pelo Norte, com R$ 14 milhões contratados (1%). Nessas operações, os governos locais dão repasses dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e receitas futuras do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) como garantia.

Há dois dias, o Conselho Monetário Nacional ampliou de R$ 3,5 bilhões para R$ 7,5 bilhões o limite para a contratação de empréstimos sem garantia do Tesouro Nacional pelos estados e pelos municípios. Segundo Tatiana Thomé, o limite original de R$ 3,5 bilhões de empréstimos sem garantia do Tesouro para governos locais, que entrou em vigor no início de março, esgotou-se em 15 dias.

As garantias representam os ativos usados para cobrir eventuais calotes em operações de crédito. Além dos R$ 7,5 bilhões sem a cobertura da União, as prefeituras e os governos estaduais estão autorizados a pegar R$ 4,5 bilhões com garantia do Tesouro. Esses empréstimos, no entanto, são de difícil acesso porque a União só aceita conceder garantias para entes públicos com nota A e B, com as contas públicas equilibradas ou em relativo equilíbrio.

Segundo Tatiana, o banco ainda tem espaço para conceder R$ 2,6 bilhões em empréstimos sem garantia da União e R$ 654 milhões com garantia do Tesouro. Desde o início de março, o banco emprestou R$ 5,07 bilhões a estados e municípios.

As principais linhas de crédito da Caixa são a Finisa, operada com recursos do próprio banco e voltada principalmente para investimentos em infraestrutura urbana, saneamento, escolas e unidades de saúde, e a linha com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para programas de saneamento, transporte, mobilidade urbana e infraestrutura habitacional.

Auxílio emergencial

O número de pessoas com o pedido do auxílio emergencial em análise subiu de 11,1 milhões na quarta-feira (3) para 11,3 milhões na quinta-feira, disse a vice-presidente da Caixa. Desse total, 5,9 milhões de cadastros estão em primeira análise e outros 5,4 milhões em segunda ou terceira análise, quando o cadastro foi considerado inconsistente e a Caixa permitiu a contestação da resposta ou a correção de informações.

O banco recebeu 107,1 milhões de solicitações de cadastro no aplicativo e no site, das quais 101,2 milhões foram processadas até agora. Do total de cadastros processados, 59 milhões foram considerados elegíveis e 42,2 milhões inelegíveis. O cadastro no programa pode ser feito no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site auxilio.caixa.gov.br.

Na última sexta-feira (29), o banco terminou de pagar a segunda parcela aos beneficiários. Segundo o balanço acumulado apresentado até agora, a instituição desembolsou R$ 76,6 bilhões, somadas ambas as parcelas. No total, 58,6 milhões de pessoas receberam alguma parcela do benefício desde que o programa foi criado, em abril, para ajudar as pessoas a enfrentar os impactos da crise causada pela pandemia de covid-19.

Considerando apenas a segunda parcela, 19,50 milhões de brasileiros receberam R$ 35,5 bilhões. Do total pago até agora, R$ 30,3 bilhões foram para beneficiários do Bolsa Família, R$ 14 bilhões para aqueles inscritos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R$ 32,3 bilhões para trabalhadores informais que se cadastraram pelo site ou pelo aplicativo.

O pagamento da segunda parcela acabou na última sexta-feira (29). De sábado (30) até o próximo dia 13, os beneficiários estão sacando o dinheiro do lote, conforme um cronograma baseado no mês de aniversário. Na quinta-feira, cerca de 2,7 milhões de pessoas nascidas em maio foram às agências da Caixa retirar o auxílio. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Espanha reabrirá fronteiras terrestres com Portugal e França neste mês

A ministra da Indústria e do Turismo espanhola, Reyes Maroto, disse n, a quinta-feira (4) que todas as restrições a cruzamentos nas fronteiras com França e Portugal serão suspensas a partir do dia 22 de junho.

As autoridades fecharam as fronteiras a todos que não sejam espanhóis, trabalhadores e caminhoneiros que atravessam as divisas, em meados de março, quando o país entrou em isolamento para frear o contágio do novo coronavírus.

Maroto disse aos repórteres que a Espanha provavelmente encerrará a quarentena de pessoas chegando por terra da França e de Portugal na mesma ocasião, mas acrescentou que isso ainda precisa ser aprovado.

A questão da reabertura das fronteiras é crucial na Europa, agora que os países atingidos duramente pela pandemia do novo coronavírus tentam reativar suas economias e voltam a permitir a liberdade de movimento gradualmente no Espaço Schengen, área normalmente sem divisas. Formado por Estados-membros da UE e associados, o Espaço Schengen permite que cidadãos dos países signatários e turistas circulem livremente, sem a necessidade de apresentar documentos ou passaporte quando cruzam fronteiras.

Inicialmente, a Espanha havia dito que só começaria a suspender restrições nas fronteiras em 1º de julho, acrescentando, nos últimos dias, que em algumas, isso poderia ocorrer mais cedo.

Reyes Maroto deu mais detalhes do plano, afirmando que o governo pensa em reabrir o turismo em certas regiões na segunda metade de junho, e a agência TUI deve levar 6 mil turistas alemães para visitar as Ilhas Baleares, nos arredores de Maiorca.

A França já afirmou que concorda que a Europa abra suas fronteiras internas a partir de 15 de junho.

Portugal fechou a fronteira oficialmente até essa data, mas o governo já havia dito que acredita que ela continuará fechada até o fim do mês por causa das restrições da própria Espanha – que agora serão revogadas mais cedo. (Agencia Brasil)

Sobe para 27 total de mortos por chuvas em El Salvador

O número de mortos provocados pela tempestade tropical Amanda em El Salvador subiu para 27, após um deslizamento de terras ter soterrado sete pessoas na quarta-feira (3). As fortes chuvas deixaram pelo menos onze mil pessoas desalojadas.

As chuvas, associadas à depressão tropical, provocaram um deslizamento de terras numa colônia na cidade de Santo Tomás, onde uma família de sete pessoas, dois adultos e cinco filhos pequenos, foi soterrada.

Os corpos ainda não foram resgatados dos escombros, devido às dificuldades do terreno. Os esforços de salvamento foram suspensos e retomados na quinta-feira.

As chuvas moderadas e intermitentes têm persistido em El Salvador, onde caíram 500 milímetros de água em dois dias, quando a média anual é de 1.800 milímetros, segundo informou o Ministério do Ambiente salvadorenho.

Chuvas devem continuar

De acordo com o ministério, "as chuvas deverão continuar, com condições de alta probabilidade de deslizamentos múltiplos de terra e quedas de rochas".

O governo instalou 11.179 pessoas em 210 abrigos, situados em 13 das 14 regiões (departamentos) do país. O responsável pelo Ministério da Saúde, Francisco Alabí, afirmou que "as chuvas podem desencadear o aumento de casos de covid-19. A tempestade tropical pode aumentar as infecções, razão pela qual transferimos as equipes de saúde para os abrigos", acrescentou.

Em El Salvador, há 1.468 casos ativos de covid-19 e 1.186 pessoas que se recuperaram da doença, num total de 2.705 pessoas afetadas. Houve 51 mortos desde o início da pandemia.

A pandemia da covid-19 já provocou mais de 385 mil mortos e infectou mais de 6,4 milhões de pessoas em 196 países e territórios.

A doença é transmitida por um novo coronavírus detectado no fim de dezembro, em Wuhan, uma cidade do centro da China. (Agencia Brasil)

Bolsa sobe quase 1% e fecha no maior nível em três meses

Em um dia de movimentos contraditórios no mercado financeiro, a bolsa de valores fechou no maior valor em três meses. Depois de dois dias de queda, o dólar subiu para R$ 5,13.

O Ibovespa, índice da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou o dia aos 93.829 pontos, com alta de 0,89%. O índice alternou altas e baixas ao longo da manhã, mas subiu durante a tarde. O indicador está no nível mais alto desde 6 de março, quando estava em 97.996 pontos.

O dólar comercial encerrou a quinta-feira (4) vendido a R$ 5,132, com alta de R$ 0,045 (0,89%). A moeda teve picos de valorização ao longo do dia, mas consolidou a alta nas horas finais de negociação. Na máxima do dia, por volta das 11h, encostou em R$ 5,14.

O Banco Central (BC) interveio pouco no câmbio. A autoridade monetária ofertou até US$ 620 milhões para rolar (renovar) contratos de swap cambial – venda de dólares no mercado futuro – que venceriam em julho.

O euro comercial fechou o dia vendido a R$ 5,816, com alta de 2,25%, impulsionado pela decisão do Banco Central Europeu de ampliar o programa de estímulos de 750 bilhões para 1,350 trilhões de euros. A libra comercial subiu 1,28% e terminou a sessão vendida a R$ 6,452. (Agencia Brasil)

Maia aguarda proposta do governo para debater prorrogação de auxílio

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse na quinta-feira (4) esperar uma proposta oficial do governo sobre a prorrogação do auxílio emergencial de R$ 600 por mais 60 dias, para então dar início ao debate sobre o tema no Parlamento.

O projeto aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, no início de abril, prevê o pagamento da renda mínima por três meses para trabalhadores informais, integrantes do Bolsa Família e pessoas de baixa renda.

O governo já sinalizou a possibilidade de estender mais duas parcelas do benefício, mas com valor reduzido. Durante coletiva, Maia disse que há um sentimento favorável por parte dos parlamentares para a prorrogação do auxílio, mas que precisa de uma proposta oficial do governo para iniciar os debates em torno dos recursos para a prorrogação do auxílio. Segundo Maia, é preciso debater o impacto fiscal da prorrogação junto com a equipe econômica.

Reforma tributária

Maia disse ainda que o debate sobre a reforma tributária deve ser retomado em julho e defendeu que também se discuta, em conjunto com a proposta, o refinanciamento de dívidas de empresas, o chamado Refis, que não conseguiram pagar impostos durante a pandemia.

Segundo Maia, o refinanciamento não seria o melhor instrumento, uma vez que sinaliza a possibilidade de incentivo à inadimplência, mas disse que essa seria uma saída em razão do momento de pandemia.

"Nós deveríamos aproveitar a crise, ela gera algumas oportunidades, para fazer uma discussão mais ampla, a partir do mês de julho, primeiro de forma virtual e depois presencial, fazer uma grande discussão da questão da reforma tributária e, dentro dela, discutir um último Refis", afirmou. "O Refis é um instrumento ruim, que feito a cada dois, três anos gera sempre uma impressão de que as pessoas podem deixar de contribuir e depois têm uma solução, acrescentou.

Maia disse que o debate casado tem mais "racionalidade" e que não resultaria em um aumento de impostos. "Acredito que de repente dentro do debate da reforma tributária a gente tenha condição de fazer, dar uma solução para todos aqueles que ficaram sem condição de pagar os seus impostos e ao mesmo tempo aprovar um novo sistema tributário", declarou Maia.

Fake news

Maia voltou a falar sobre a construção de um texto comum em torno de um projeto de lei para combater as notícias falsas, as chamadas fake news e disse que deve apresentar uma proposta da Câmara para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, no final de semana.

Maia disse esperar um entendimento em torno de uma proposta com maioria ampla nas duas casas para que a votação da proposta ocorra ainda na próxima semana. O parlamentar tem defendido que as plataformas também devem ser responsabilizadas. Segundo Maia, a legislação sobre o tema deve respeitar as liberdades de imprensa e de expressão, e vai dar mais transparência sobre quem está patrocinando as fake news no Brasil.

"Espero que seja votado na próxima semana. Combinei com alguns deputados hoje que a gente tente construir um texto até amanhã e, com esse texto, peço uma reunião ao presidente Davi, para mostrar aos senadores qual a posição que tem alguma harmonia na Câmara", afirmou. (Agencia Brasil)

Bolsonaro escolhe novo secretário executivo do Ministério da Saúde

O presidente Jair Bolsonaro nomeou na quinta-feira (4) o coronel Antônio Elcio Franco Filho como secretário executivo do Ministério da Saúde. Ele entra no lugar de Eduardo Pazuello, que assumiu interinamente o comando do ministério, substituindo o ex-ministro Nelson Teich.

Desde o mês passado, Franco já era adjunto da Secretaria Executiva da pasta. A portaria de nomeação foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União dessa quinta-feira.

Carreira

Oficial da reserva do Exército desde março de 2019, de lá para cá, Franco trabalhou na Casa Civil do governo de Roraima e foi secretário de Saúde do estado. Também atuou como consultor da prefeitura de Boa Vista.

É mestre em operações militares e ciências militares e atuou nas operações de segurança e defesa dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e como subcomandante e chefe do Estado-Maior da Força de Pacificação no Complexo de Favelas da Maré, em 2014. (Agencia Brasil)

Mata Atlântica: Salles revoga despacho sobre regularização de invasões

Depois de ter uma nota técnica publicada em abril deste ano contestada por órgãos ambientais e pelo Ministério Público Federal (MPF), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, revogou na quinta-feira (4) o documento. Na prática, a medida regularizava invasões em áreas da Mata Atlântica desmatadas e ocupadas até julho de 2008, abrindo a possibilidade para cancelar multas.

O governo decidiu ingressar com uma ação direta de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), para evitar futuros questionamentos jurídicos.

Foto/Tânia Rêgo/ABR

Em seu perfil no Twitter, Salles comentou a decisão. "Medida judicial da AGU [Advocacia-Geral da União] para definir, de uma vez por todas, se aplica ou não as regras do Código Florestal na Mata Atlântica. Diante dessa ação, revogamos o despacho que acolhia o parecer vinculante, para aguardar a decisão no processo", disse na postagem.

O Ministério Público Federal chegou a entrar com ação civil pública, no início de maio, pedindo a nulidade, de forma urgente, do despacho publicado por Salles. "O ato administrativo coloca em risco o que resta da Mata Atlântica no território brasileiro, cerca de 12% da cobertura original", justificou o MPF. (Agencia Brasil)

País distribui 3 milhões de testes para covid-19; 556 mil foram analisados

Em entrevista no Palácio do Planalto, na quinta-feira (4), o secretário substituto de Vigilância em Saúde, Eduardo Macário; a secretária substituta de Atenção Primária, Daniela Ribeiro; a diretora substituta do Departamento de Saúde da Família, Larissa Gabrielle Ramos; a diretora substituta do Departamento de Articulação e Estratégica de Vigilância em Saúde, Greice Madeleine; falaram sobre testes de covid-19 e anunciaram investimentos para os centros de atendimentos e centros comunitários

Até o momento, 3,12 milhões de testes de laboratório (RT-PCR) foram distribuídos para laboratórios centrais. Conforme o balanço do Ministério da Saúde, desde o início da pandemia foram solicitados 752,4 mil exames. Destes, 620,4 mil foram requeridos para covid-19 e 131.9 mil para outros vírus respiratórios. Dos primeiros, 556 mil foram analisados, 32,3 mil estão em trânsito (amostra foi coletada mas não chegou ao laboratório) e 31,9 mil em análise.

Os exames operados por laboratórios privados somam 529,7 mil até o momento. Considerando esta modalidade, o total de testes chega a 1,08 milhão. Comparado com o contingente populacional, o Brasil está com uma média de 8,7 mil testes por milhão de habitantes.

A média geral é de 36,3 mil exames por semana. A média nas últimas semanas foi de 58,5 mil por semana. A média de resultados positivos vêm se mantendo em 29%, enquanto os negativos vêm ficando em 70,5%, com 0,5% com resultados inconsistentes.

Em relação ao tempo de análise, 74,1% foram processados em até cinco dias, sendo 50,2% em até dois dias e 23,9% entre três e cinco dias. Já os testes rápidos (sorológicos) tiveram 748,9 mil kits aplicados até o momento.

Centros de atendimento

A equipe do Ministério da Saúde anunciou ainda o investimento em dois tipos de estrutura para atendimento a pessoas no contexto da pandemia: os centros de atendimento e os centros comunitários. Para abrir um espaço destes, as prefeituras deverão fazer a solicitação ao ministério.

Os centros de atendimento poderão ser implantados em quaisquer cidades, utilizando estabelecimentos de saúde, como postos, policlínicas ou centros especializados. O funcionamento deverá ser por pelo menos 40h, tendo equipes formadas por médicos, enfermeiros e técnicos e auxiliares de enfermagem.

Os centros comunitários podem ser instalados em 196 cidades com favelas ou comunidades, conforme o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As orientações e regras para locais, horários de funcionamento e força de trabalho necessária são as mesmas. A secretária substituta de Atenção Primária, Daniela Ribeiro, observou que será possível também utilizar outros espaços.

De acordo com os representantes do Ministério da Saúde, o intuito é que esses centros reforcem o atendimento para pessoas com sintomas leves da covid-19, como febre, tosse, dor de garganta e dor no corpo.

O investimento prometido para a iniciativa é de R$ 1,2 bilhão. O financiamento por unidade pode variar entre R$ 60 mil e R$ 100 mil mensais. Será ofertado um pagamento de R$ 5 por pessoa em comunidades e favelas com informação cadastral atualizada em equipes de saúde da família ou atenção primária. (Agencia Brasil)

Aprovado projeto que obriga fisioterapeuta em CTI em tempo integral

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (4) projeto de lei que determina a permanência de fisioterapeutas em Centros de Terapia Intensiva (CTIs) adulto, pediátrico e neonatal 24 horas por dia. A matéria segue para o Senado.

"A ausência do fisioterapeuta em um período de instabilidade, intercorrência, admissão de um paciente crítico pode comprometer a qualidade da assistência prestada. A atuação do fisioterapeuta em terapia intensiva, em plantão de 24 horas é importante para combater a redução do tempo de ventilação mecânica, no tempo que o paciente passa internado e sua permanência na própria CTI, além da redução dos custos hospitalares", argumentou a deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), autora do substitutivo aprovado.

O texto aprovado estabelece a obrigatoriedade da presença do fisioterapeuta de forma ininterrupta, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 24 horas. Inicialmente, o texto da autora da proposta deputada Margarete Coelho (PP-PI), definia a presença de um fisioterapeuta para cada dez leitos, mas esse ponto foi retirado pelos parlamentares.

"Ante à complexidade dos procedimentos adotados pelos profissionais fisioterapeutas que atuam nos CTIs, o elevado número de intercorrências clínicas e admissões que incidem durante o período de 24 horas, a comprovada melhora no atendimento dos pacientes, a preservação da vida, a regulamentação da presença de fisioterapeuta em tempo integral (24 horas) é necessária para o bom funcionamento dos Centros de Terapia Intensiva, sejam eles públicos ou privados", argumentou Aline Sleutjes (PSL-PR).

O projeto prevê a disponibilidade em tempo integral para assistência aos pacientes internados durante o horário em que o fisioterapeuta estiver escalado para atuar nesses locais. Atualmente, uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determina a presença de um fisioterapeuta para cada dez leitos em três turnos, em uma atuação de 18 horas diárias nos CTIs. (Agencia Brasil)

TSE autoriza convenções partidárias virtuais para eleição deste ano

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou na quinta-feira (4), por unanimidade, a realização de modo virtual das convenções partidárias para a escolha dos candidatos nas eleições municipais deste ano, tendo em vista as recomendações de distanciamento social durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Pela decisão, ficou estabelecido que os partidos têm liberdade de estabelecer regras e escolher os procedimentos para a realização das convenções virtuais, desde que garantam ampla publicidade a todos os filiados e atendam a todas exigências da legislação eleitoral já em vigor.

A flexibilização foi autorizada em resposta a duas consultas feitas por deputados federais e a uma terceira feita pelo partido Republicanos.

"No meu modo de ver, negar a adoção desse formato virtual no momento atual seria ignorar a realidade enfrentada no combate à doença. Na seara específica do processo eleitoral, seria inviabilizar essa etapa imprescindível à realização de eleições democráticas e transparentes", disse o relator das consultas, ministro Luis Felipe Salomão, que foi acompanhado por todos os outros seis ministros que compõem o TSE.

O tribunal formará um grupo de trabalho para estabelecer regras de envio virtual dos resultados das convenções para a Justiça Eleitoral. Uma norma sobre o tema deve ser votada ainda neste mês, segundo o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso.

De acordo com a legislação eleitoral, as convenções, obrigatórias para a escolha dos candidatos, devem ser realizadas por todos os partidos entre 20 de julho e 5 de agosto. No mesmo julgamento da quinta-feira (4), o TSE reafirmou que não pode alterar tais datas sem prévia autorização do Congresso. (Agencia Brasil)

Aras defende no STF participação da PGR em inquérito sobre fake News

O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu na quinta-feira (4) no Supremo Tribunal Federal (STF) amplo acesso do Ministério Público (MP) ao andamento do inquérito aberto pela Corte para apurar a divulgação de notícias falsas e ameaças contra ministros.

No parecer enviado ao STF, Aras disse que a legalidade do inquérito depende de balizas, como a constante participação do MP, órgão responsável pela acusação, acesso às provas e à palavra final sobre pedidos de quebra de sigilo, buscas e apreensões e bloqueio de contas nas redes sociais.

"O inquérito 4.781/DF, que já ultrapassou 6.000 (seis mil) páginas no volume principal e mais 74 (setenta e quatro) apensos, revela que, sob a motivação da condução de investigações de fake news contra a Suprema Corte, detém objeto cambiante, periodicamente modulado, para alcançar fatos e pessoas distintas, em pontos de investigação separados em apensos dos autos sem qualquer relação de conexão", argumentou Aras.

Na quarta-feira (10), o plenário do STF deve julgar a legalidade do inquérito em uma ação da Rede Sustentabilidade, protocolada no ano passado para contestar a forma de abertura da investigação.

Com base nas investigações desse processo foram cumpridos, na semana passada, mandados de busca e apreensão contra empresários e jornalistas acusados de financiar, difamar e ameaçar os integrantes do tribunal nas redes sociais.

A abertura do inquérito foi feita em março de 2019. Na época, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a medida como forma de combater à veiculação de notícias que atingem a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. Segundo o presidente, que nomeou Alexandre de Moraes como relator do caso, a decisão pela abertura está amparada no regimento interno da Corte.

Na ocasião, a tramitação também foi questionada pelo ex-procuradora geral da República, Raquel Dodge, que chegou a arquivar o inquérito pela parte da PGR, no entanto, Moraes não aceitou o arquivamento. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

ISEC SECURITIZADORA S.A. – Companhia Aberta - CNPJ/NIF nº 08.769.451/0001-08
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ISEC Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), vem por meio deste, convocar os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 4ª Emissão da Securitizadora ("CRI"), nos termos da Cláusula Décima Quarta do Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem, em 1ª convocação, para Assembleia Geral de Titulares de CRI, que será realizada no dia **23 de junho de 2020 às 11h00, de forma exclusivamente digital, conforme Instrução CVM 625, de 14 de maio de 2020 (conforme detalhado adiante)**, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da seguinte ordem do dia: I. Aprovação, ou não, da Proposta apresentada pela Devedora à Emissora em 01 de junho de 2020 para: **(a)** redução da Parcela da PMT do CRI nos próximos 07 (sete) meses, contados a partir de junho/2020 (inclusive) a dezembro/2020 (inclusive), ("Período de Redução da PMT"), de forma que em tal período, a arrecadação mensal na Conta do Patrimônio Separado seja equivalente a 123% (cento e vinte e três por cento) do PMT do CRI, observado o valor mínimo para a PMT de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) ("PMT Mínima"); **(b)** caso o valor arrecadado seja igual ou inferior a R$ 922.500,00 (novecentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), que a diferença após quitar a PMT Mínima seja devolvida à Devedora; **(c)** caso o valor arrecadado ultrapasse o valor de R$ 922.500,00 (novecentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), aprovação para a realização de uma Amortização Extraordinária até que a relação "Arrecadado / (PMT Mínima + Amortização Extraordinária)" deste mês reflita os 123% (cento e vinte e três por cento), com valor máximo de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) ("Limite Amortização Extraordinária Período de Redução da PMT"), de forma que todos os recursos remanescentes, após o pagamento da PMT Mínima e de Amortização Extraordinária sejam devolvidos à Devedora; **(d)** suspensão durante o Período de Redução da PMT da Amortização Extraordinária Programada, prevista na Cláusula 6.3, item "b" do Termo de Securitização; **(e)** autorizar a Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, ajustar mensalmente os percentuais da TAI de junho/2020 (inclusive) até dezembro/2020 (inclusive), de modo que a PMT Mínima seja sempre mantida em R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) neste período; **(f)** Autorizar a realização de Amortização Extraordinária Facultativa em volume superior aos 30% (trinta por cento) estabelecido na cláusula 6.3, item "c" do Termo de Securitização, sendo que tal flexibilização só será possível, até que a soma das Amortizações Extraordinárias Facultativas compreenda o volume de R$ 2.920.566,40 (dois milhões, novecentos e vinte reais, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos); **(g)** Autorizar a suspensão por 07 (sete) meses, contados a partir de junho/20 (inclusive) a dezembro/20 (inclusive), para aplicabilidade dos índices da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária e Razão Mínima Mensal; II. Aprovar a alteração das Cláusulas 5.1, "o", da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") e 3.9 do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos Imobiliários em Garantia ("Cessão Fiduciária", de modo a fazer constar que será considerado evento de vencimento antecipado o desequilíbrio da Razão Mínima Mensal por 06 (seis) meses consecutivos; III. Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a adotarem todas as medidas estritamente necessárias à efetivação do quanto deliberado pelos Titulares dos CRI, incluindo, mas não se limitando, a celebração de todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias constantes na Ordem do Dia acima nos Documentos Em Garantia, material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível em: (i) no site da Emissora: www.isecbrasil.com.br; (ii) no site do agente fiduciário: www.vortx.com.br e (iii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A AGE será instalada em primeira convocação, mediante a presença de investidores que representem no mínimo 2/3 dos CRI em circulação (dois terços) do valor total dos CRI em circulação e na segunda convocação por qualquer número, sendo que o quórum de deliberação em primeira convocação e segunda convocação é de 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares de CRI presentes na referida Assembleia. Considerando as medidas restritivas relacionadas principalmente ao fluxo e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e corrente disseminação do novo corona vírus causador da Covid-19, bem como observado Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020, informamos aos Titulares dos CRI que a assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma remota através do sistema Teams de conexão via internet. Nesse sentido, reforçamos que os Titulares dos CRI, bem como seus procuradores deverão encaminhar os documentos de identificação, bem como os demais documentos necessários para a comprovação de poderes e titularidade, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data de realização da Assembleia, para os e-mails: juridico@isecbrasil.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, sob pena de não ingresso no presente conclave. O link para acesso a Assembleia, bem como demais orientações encontram-se no site da Emissora e do Agente Fiduciário.

São Paulo, 03 de junho de 2020.
ISEC SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009106-69.2014.8.26.0004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Shirley Nuss Gallardo Baird, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCIO HONESCO MARTINS, RG 48602991, CPF 661.922.778-34 e sua esposa MARIA DE LOURDES HONESCO MARTINS, RG 6.293.670, CPF 272.224.758-50, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de DAITECH COMPRESSORES LTDA, procedeu a penhora dos DIREITOS QUE O EXECUTADO MÁRCIO HONESCO MARTINS possui no apto 13-B do "Edifício Indiano", situado na Alameda Conches nº 287, Bertioga, construído sobre o lote de terreno BF1, representado pelo lote BF-da quadra F, do modulo 6, situado na Rua Aprovada 506, no loteamento denominado Riviera de São Lourenço, no perímetro urbano do Município de Bertioga, da Comarca de Santos-SP, cadastrado na Prefeitura Municipal de Bertioga Estância Balneário sob o nº 97.136.006.000, matriculado sob o nº 41.362 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santos/SP, e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, ofereça impugnação (artigos 513, caput e 917, § 1º do CPC). Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

J – 05 e 06/06

Despesas com juros do cheque especial podem cair R$ 7,2 bi em 12 meses

As despesas com juros do cheque especial podem ser reduzidas em R$ 7,2 bilhões, em 12 meses, em razão de mudanças na modalidade de crédito. Esse valor representa 24% das despesas com juros dessa modalidade. A simulação foi feita pelo Banco Central (BC), no Relatório de Economia Bancária, divulgado na quinta-feira (4), em Brasília.

O BC lembra que o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução 4.765, de 27 de novembro de 2019, redesenhou o cheque especial.

A resolução estabeleceu limite para taxa de juros (8% ao mês) e facultou a cobrança de tarifa de até 0,25% sobre o valor disponibilizado para crédito que ultrapasse R$500,00. As regras começaram a valer neste ano.

De acordo com o documento, as faixas mais baixas de renda serão mais beneficiadas com as novas medidas.

A faixa de renda até R$ 1,5 mil terá redução de até 116 pontos percentuais no Custo Efetivo Total (CET – soma de todos os custos dos empréstimos, como juros e tarifas), "refletindo majoritariamente a diminuição na taxa de juros".

"O contrário ocorre na faixa mais alta de renda (acima de R$ 10 mil), na qual haverá elevação no CET, que passará a ser superior ao da faixa mais baixa de renda em ambos cenários contrafactuais", disse o BC.

A cobrança de tarifas mais do que compensa a queda de juros para indivíduos de renda elevada, e, por isso, o custo aumenta. Em média, indivíduos de renda mais elevada pagam taxas de juros menores, refletindo menor risco de crédito.

"Em contrapartida, também possuem limites superiores de cheque especial; logo, pagarão valor maior em tarifas sobre esses limites", explicou o Banco Central.

"Já para indivíduos mais pobres, a redução na taxa de juros supera o valor que passará a ser cobrado pela tarifa", acrescentou.

Simulação

Em dezembro de 2019, os juros efetivos médios do cheque especial estavam em 275% ao ano para indivíduos com renda abaixo de R$ 1,5 mil e, em 234% ao ano, para pessoas com renda acima de R$ 10 mil.

No mesmo período, os limites médios de crédito para cheque especial foram de R$1.693,00 e R$ 21.422,00 para a menor e a maior faixa de renda, respectivamente.

Ao simular o uso de R$ 1 mil do cheque especial por um mês, sob a regra antiga, o custo com juros do cheque especial é de R$ 106 (taxa de 10,6% ao mês) para a pessoa de maior renda e de R$ 116 para o indivíduo de menor renda (taxa de 11,6% ao mês).

Sob a simulação feita a partir da regra nova, no mês de utilização do cheque especial, o custo é de R$ 132 para quem tem maior renda (custo efetivo de 13,2% ao mês) e de R$ 83,00 para clientes de menor renda (custo efetivo de 8,3% ao mês). (Agencia Brasil)

Senado aprova uso obrigatório de máscaras em todo país

O Senado Federal aprovou na quinta-feira (4) um projeto de lei (PL) que obriga o uso máscaras em locais públicos ou privados, mas acessíveis ao público, em todo o país. A obrigatoriedade do uso engloba transporte público (como ônibus e metrô), dentro de táxis ou carros de aplicativo e aviões. Por ter sido alterado no Senado, o texto volta à Câmara para nova apreciação.

O não uso do equipamento de proteção individual acarretará em multa fixada pelos estados ou municípios. Muitas cidades já têm adotado o uso obrigatório de máscaras, em leis de alcance local. Segundo o projeto, o poder público deve fornecer máscaras às populações economicamente vulneráveis. As empresas, por sua vez, devem oferecer o item de proteção a seus funcionários, sob pena de pagamento de R$ 300 de multa por funcionário sem o acessório.

Na compra das máscaras para os funcionários, o Poder Público dará prioridade aos equipamentos de proteção feitos por costureiras ou outros produtores locais, de forma individual, associada ou por meio de cooperativas de produtores, observado sempre o preço de mercado.

O projeto determina ainda a realização de campanhas publicitárias de interesse público, informando a necessidade do uso de máscaras de proteção pessoal e a maneira correta de seu descarte.

A máscara, no entanto, está dispensada para o caso de pessoas com transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, deficiências sensoriais ou quaisquer outras que as impeçam de usar a peça adequadamente.

A medida aprovada assegura ainda que profissionais de saúde contaminados pelo novo coronavírus terão garantidos leitos e atendimento em hospitais, respeitados os protocolos nacionais de atendimento médico. O relator da matéria, Jean Paul Prates (PT-SE), acatou várias emendas, dentre elas a inclusão de profissionais da segurança pública na preferência de atendimento, assim como os profissionais de saúde. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Unigel Participações S.A.
CNPJ 05.303.439/0001-07 - Companhia Fechada
Demonstrações Financeiras 2019

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo circulante	**49.015**	**5.074**	**1.076.094**	**1.109.237**
Caixa e equivalentes de caixa	12.445	88	382.252	239.515
Contas a receber de clientes	–	–	132.445	196.238
Estoques	–	–	297.985	363.425
Partes relacionadas	4.412	–	–	–
Dividendos a receber	30.641	4.218	–	–
IR e CS	127	–	52.866	16.988
Impostos a recuperar	36	5	137.921	205.396
Despesas antecipadas	55	305	13.825	8.463
Adiantamentos a fornecedores	75	60	36.487	33.190
Derivativos	–	–	–	25.530
Outros ativos de curto prazo	1.224	398	22.303	11.492
Ativos disponíveis para venda	–	–	–	3.327
Ativo não-circulante	**72.815**	**67.376**	**638.661**	**490.124**
Partes relacionadas	72.815	67.376	61.806	64.855
Impostos a recuperar	–	–	4.998	4.056
Impostos diferidos	–	–	484.845	387.124
Depósitos judiciais	–	–	16.172	24.983
Operações com derivativos	–	–	47.556	–
Outros ativos de longo prazo	–	–	23.484	18.106
Investimentos	1.742.515	1.258.985	1.978	1.978
Imobilizado	4.347	5.533	1.177.110	1.145.229
Intangível	4.053	–	15.528	15.023
Ativo de direito de uso	4.959	–	188.322	–
Propriedades para investimento	6.300	6.300	10.300	6.300
	1.782.174	1.271.758	1.391.238	1.568.530
Ativo não-circulante total	**1.834.989**	**1.339.134**	**2.029.899**	**2.067.654**
Ativo total	**1.884.004**	**1.344.208**	**3.105.993**	**3.177.218**

Passivo	Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	**6.383**	**4.138**	**646.468**	**697.198**
Empréstimos e financiamentos	153	–	102.958	135.935
Fornecedores	1.478	858	252.618	290.989
Obrigações de direito de uso	2.955	–	59.614	–
IR e CS	25	86	7.195	7.337
Impostos a pagar	132	133	31.518	48.296
Salários e encargos	180	279	28.637	26.905
Partes relacionadas	942	–	–	–
Adiantamentos de clientes	–	–	82.617	67.976
Derivativos	–	–	32.325	821
Outras provisões	–	–	27.885	33.690
Adiantamento sobre venda imobilizado	–	–	–	20.557
Outros passivos de curto prazo	498	2.780	21.093	64.692
Passivo não-circulante	**1.510.922**	**985.883**	**2.092.814**	**1.699.711**
Empréstimos e financiamentos	743	–	1.681.516	1.441.681
Obrigações de direito de uso	3.203	–	154.383	–
Impostos a pagar	–	–	93.917	106.466
Impostos diferidos	117.137	4.602	115.869	108.099
Partes relacionadas	1.389.623	981.201	1.528	–
Provisão para contingências	16	–	7.875	12.119
Benefícios pós-emprego	–	–	32.285	28.638
Outros passivos de longo prazo	–	–	5.433	2.708
Total do patrimônio líquido	**366.719**	**374.309**	**368.719**	**374.309**
Capital social	276.185	276.185	276.185	276.185
Reservas de capital	–	88.676	–	88.676
Outros resultados abrangentes	(16.194)	28.880	(16.194)	28.880
Reservas de lucros	106.728	–	106.728	–
Prejuízos acumulados	–	(19.452)	–	(19.452)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.884.004**	**1.344.208**	**3.105.993**	**2.771.218**

Demonstrações do resultado	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita líquida	–	–	**3.322.708**	**3.393.839**
Custo das vendas	–	–	(2.949.769)	(2.953.638)
Lucro bruto	–	–	**372.938**	**440.203**
Despesas de vendas	–	–	(31.006)	(31.985)
Despesas gerais e administrativas	(3.540)	(7.743)	(106.792)	(98.703)
(Perda) /reversões de valor recuperável de contas a receber	–	–	3.285	(7.466)
Outras receitas (despesas), líquidas	(144)	(1.176)	8.557	(15.161)
(Prejuízo) Lucro operacional	**(3.684)**	**(8.919)**	**246.982**	**282.888**
Receitas financeiras	–	–	13.231	55.920
Despesas financeiras	(663)	(2.874)	(311.906)	(354.793)
Despesas financeiras, líquidas	**(663)**	**(2.874)**	**(298.675)**	**(298.873)**
Equivalência patrimonial	31.938	(19.955)	–	–
Resultado antes do IR e CS	**27.261**	**(31.748)**	**(51.693)**	**(15.985)**
IR e CS: Corrente	–	(11)	(16.543)	(27.264)
Diferido	–	–	95.587	11.480
	–	**(11)**	**78.954**	**(15.774)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**27.261**	**(31.759)**	**27.261**	**(31.759)**
Quantidade ponderada média de ações ordinárias em circulação no período	**414.267.499**	**414.267.499**		
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - básico e diluído - R$	**0,066**	**(0,077)**		

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	27.261	(31.759)	27.261	(31.759)
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de valor justo - propriedades para investimento - Transferências	–	–	6.135	–
Conversão de moeda estrangeira de controlada no exterior	33.611	46.061	33.611	46.061
Perda atuarial do plano de benefício definido	(2.152)	(1.655)	(2.152)	(1.655)
Perdas a realizar sobre hedge de fluxo de caixa	(55.727)	(56.030)	(55.727)	(56.030)
Resultado abrangente total	**2.993**	**(37.248)**	**2.993**	**(37.248)**

Demonstrações do fluxo de caixa

Fluxo de caixa de atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	27.261	(31.759)	27.261	(31.759)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	4.016	110	175.966	114.377
AVP obrigações de direito de uso	784	–	32.721	–
Provisão para contingências	–	–	28.926	20.629
Provisão para perda de crédito esperada	–	–	(2.583)	7.466
Provisão de perda de e obsolescência de estoques	–	–	(3.799)	10.173
Impostos diferidos	–	–	(95.597)	(11.480)
Derivativos	–	–	(57.138)	(17.708)
Juros e variação cambial de empréstimos	16	–	236.875	225.465
Custos de transação	–	–	9.842	–
Custo sob impostos parcelados	–	–	2.067	5.039
(Ganho) perda na venda de imobilizado	–	–	(16.512)	10.893
Reversão de ajuste de investimentos	–	569	–	3.011
ICMS na base do PIS e COFINS	–	–	–	(30.084)
Equivalência patrimonial	(31.608)	19.955	–	–
	440	**(11.125)**	**338.823**	**366.014**
Variações em: Contas a receber	–	–	68.020	148.786
Estoques	–	–	71.634	(76.824)
Fornecedores	620	329	(43.148)	(133.740)
Impostos a recuperar	(219)	85	53.519	(68.831)
Outros ativos	(714)	33	13.316	(9.495)
Outros passivos	(2.365)	(1.674)	(12.288)	15.916
Impostos a pagar	(1)	91	(29.207)	14.354
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(2.239)**	**(12.261)**	**393.242**	**196.180**
Impostos pagos sobre o lucro	–	–	(7.428)	(18.907)
Juros pagos	–	–	(186.933)	(130.830)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	**(2.239)**	**(12.261)**	**218.882**	**46.464**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.925)	(5.533)	(175.027)	(112.913)
Aquisição de participação	–	(134)	–	–
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	–	–	3.452	20.557
Transferência de contas correntes	(202.222)	(8.246)	(5.256)	(18.270)
Fluxo de caixa utilizadas nas atividades de investimento	**(206.147)**	**(14.913)**	**(176.831)**	**(110.626)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	880	–	1.819.518	867.469
Recebimento de derivativos	–	–	7.048	–
Pagamentos de dividendos	(2.523)	–	(57.847)	–
Pagamentos de empréstimos	–	–	(1.666.394)	(592.838)
Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas	222.377	27.190	–	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**220.734**	**27.190**	**102.325**	**274.631**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**12.357**	**16**	**144.380**	**210.469**
Alterações em caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	88	72	239.515	34.671
Ajustes de caixa e equivalentes de caixa	–	–	(1.643)	(5.625)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	12.445	88	382.252	239.515
	12.357	**16**	**144.380**	**210.469**

incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre transações financeiras, despesas com programas de fidelização junto aos fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda. **l) IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **m) Provisões:** Uma provisão é criada quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que poder ser estimado de forma confiável, e é provável que uma saída de fundos seja necessária para liquidar a obrigação. **n) Operação descontinuada:** Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente contêm os resprectivos valores, bem como os fluxos de caixa líquidos são descontinuada desde o início do período comparativo. **o) Receita líquida:** A receita é medida com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente. **p) Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações ordinárias, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possui nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

Daniel Scarmelotti da Fonseca
Diretor de Controladoria - CRC 1SP 218.079/O-4
Marcio Scatigno
Gerente de Controladoria / Contador CRC 1SP 218.247/O-7

As demonstrações financeiras detalhadas foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de capital: Transações de capital	Reservas de capital: Outras Transações com acionistas	Reservas de lucros: Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2018 anteriormente apresentados	**276.185**	**(23.924)**	**112.600**	**19.412**	–	–	**(9.661)**	**374.612**
Efeito de conversão do imobilizado no exterior	–	–	–	**36.894**	–	–	–	**36.894**
Saldos em 01/01/2018	**276.185**	**(23.924)**	**112.600**	**56.296**	–	–	**(9.661)**	**411.506**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(31.759)	(31.759)
Efeitos de depreciação e baixa de custo atribuído do imobilizado líquido de impostos	–	–	–	(21.928)	–	–	21.928	–
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de valor justo - Propriedades para Investimento - Transferências	–	–	–	6.135	–	–	–	6.135
Operações no exterior - Diferenças cambiais na conversão	–	–	–	46.061	–	–	–	46.061
Ganho/(perda) atuarial do plano de benefício definido	–	–	–	(1.655)	–	–	–	(1.655)
Realização de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	566	–	–	–	566
Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial de empréstimos	–	–	–	(61.218)	–	–	–	(61.218)
Hedge de fluxo de caixa - Marcação a mercado dos swaps	–	–	–	4.622	–	–	–	4.622
Saldos em 31/12/2018	**276.185**	**(23.924)**	**112.600**	**28.880**	–	–	**(19.432)**	**374.309**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	27.261	27.261
Realização transações com acionistas	–	23.924	(112.600)	–	–	–	–	88.676
Efeitos de depreciação e baixa de custo atribuído do imobilizado líquido de impostos	–	–	–	(20.808)	–	–	21.898	1.092
Outros resultados abrangentes								
Operações no exterior- Diferenças cambiais na conversão	–	–	–	33.611	–	–	–	33.611
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	(55.727)	–	–	–	(55.727)
Ganho (perda) atuarial do plano de benefício definido	–	–	–	(2.152)	–	–	–	(2.152)
Alocação: Reserva legal	–	–	–	–	2.458	–	(2.458)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(11.675)	(11.675)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	(104.270)	(104.270)
Saldos em 31/12/2019	**276.185**	–	–	**(16.194)**	**2.458**	**104.270**	–	**366.719**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Unigel Participações S.A. (a seguir denominada "Unigel ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 11º andar, Brooklin/SP. Estas demonstrações financeiras contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominadas como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado, com exceção da Unigel Distribuidora que é uma empresa limitada. A Companhia atua como empresa "holding" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos na cadeia de acrílicos e estirênicos. Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, financas, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. **2. Base de preparação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitido pelo International Accounting Standard Board (IASB) e também de acordo com as normas praticadas no Brasil (BRGAAP). **3. Políticas contábeis significativas:** As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo quando da adoção inicial. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. **b) Base de consolidação: (i) Subsidiárias:** Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Transações em moedas estrangeiras:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças resultantes da conversão dos seguintes itens são reconhecidas em ORA: qualificação do hedge de fluxo de caixa na medida em que o hedge é efetivo. **Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais. **d) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **(ii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não reteve o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos dos mesmos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **(iii) Compensação:** Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda. **f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração. Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Depreciação:** Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração. **g) Ativos mantidos para venda:** Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. **h) Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros não derivativos:** Mensuração das PCEs: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros estão com problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por algo do tipo de reorganização financeira; ou o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa de recuperar o ativo financeiro em sua íntegra ou uma parte substancial do ativo. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. No entanto, os ativos financeiros baixados poderão ainda estar sujeitos a execução sob pedido para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **j) Benefícios a empregados:** O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método descrito no parágrafo 64 do IAS19. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. **i) Subvenções e assistência governamental:** As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em linha específica de cada imposto em uma base sistem

Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ/MF: 29.192.769/0001-05 - NIRE 35.300.392.647

Anúncio de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **Brasilwood Terras Florestais S.A.** ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 2360, 4º andar, sala 04, CEP 01418-200, em 15 de junho de 2020, às 12:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** aprovar as contas da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019; **b)** consignar a renúncia do Sr. **Pablo de Campos Ferreira** ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; **c)** aprovar a alteração do capítulo do Estatuto Social referente à administração da Companhia; **d)** eleger os administradores da Companhia para mandatos a encerrar-se em 2 (dois) anos contados da data de suas eleições, de acordo com o previsto no Estatuto Social; e **e)** autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários/úteis para a implementação dos atos aprovados acima. **Instruções Gerais:** Para participar dos atos acima mencionados, o acionista deverá comprovar a sua representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação de lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objeto da outorga com a designação dos atos e poderes conferidos, sendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Nos termos do artigo 133, §3º da Lei das S.A., os documentos pertinentes aos assuntos constantes da Ordem do Dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 05 de junho de 2020. **Alessandro Pellegrini e Valentim Augusto Colombo** - Diretores.

ENCALSO PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.177.756 - CNPJ/MF 21.262.638/0001-70

AVISO AOS ACIONISTAS

ENCALSO PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES S.A., sociedade anônima aberta com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.421, 8º Andar, Parte, Jardim Paulista, CEP 01401-001, com registro na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), sob o nº 2370-1, inscrita no CNPJ sob o nº 21.262.638/0001-70 ("**Companhia**"), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 3 de julho de 2020, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.421, 8º Andar, Parte, Jardim Paulista, CEP 01401-001, tendo sido enviados também à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Comunicamos, ainda, que a publicação dos anúncios exigidos pela legislação aplicável foi realizada nesta data no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Dia SP. São Paulo, 3 de junho de 2020. **Fabio Junior Pereira Quintiliano** - Diretor de Relações com Investidores.

SANTODILA AGROPASTORIL & EMPREEDIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF 00.305.726/0001-32 - NIRE 35.312.654.917

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS

Em 30 de abril de 2020, na sede social da sociedade, reuniram-se os sócios representantes da integralidade do capital social da SANTODILA AGROPASTORIL & EMPREENDIMENTOS LTDA., ocasião em que deliberam sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a redução do capital social de R$ 1.681.678,00 para um milhão, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e nove reais), para R$ 594.679,00 (quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais). (ii) Aprovação do novo quadro do capital social e participação societária.

Agro Pecuária Boa Vista S.A.

CNPJ/MF nº 43.975.838/0001-03 - NIRE nº 35.300.011.503

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("**Companhia**") convida seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em sua sede social, localizada na Fazenda Santa Cruz, no município de Américo Brasiliense/SP, no dia 15.06.2020, às 8 horas. Ordem do dia: (1) Contas dos administradores, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2020; (2) Destinação do lucro líquido do exercício; (3) Eleição dos membros da Diretoria; (4) Fixação da remuneração global dos administradores. Permanecem à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 133 da Lei das S.A. Américo Brasiliense/SP, 4.06.2020. **Luiz Antonio Cera Ometto - Diretor Presidente.** (05,06,09)

SK Mourato Coelho Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ 12.530.918/0001-21 - NIRE 3522466029

Extrato da Ata da Reunião dos Sócios

Data, hora, local: 04.06.2020, às 10hs, na sede, Alameda Ministro Rocha de Azevedo, nº 456, 12º andar, conjunto 1202, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Silvio Kozuchowicz. Secretário: Miguel Maia Micheliberg. **Deliberações Aprovadas: 1.** Redução do capital no montante de R$ 12.400.000,00, mediante o cancelamento de 12.400.000 ações da sócia **SK Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, passando o capital **de** R$ 12.410.000,00 **para** R$ 10.000,00, divididos em 10.000 quotas de valor unitário e nominal de R$1,00. A sócia **SK Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda** receberá, com a anuência da sócia **SKR Engenharia Ltda.**, o valor do capital excessivo, a título de restituição do valor das quotas canceladas, no prazo de até 2 anos contados da assinatura de deste instrumento, conforme disposto no Art. 1.084, §3º do CC. **2.** Autorizar os diretores a praticarem os demais atos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 04.06.2020. Sócias: **SK Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - Miguel Maia Micheliberg - Silvio Kozuchowicz; **SKR Engenharia Ltda** - Silvio Kozuchowicz.

Piraporã Agropecuária S.A.

CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-49 - NIRE 35.300.484.011

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de junho, às 10h (dez horas), na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 2.344, Conjunto 13, Sala J, Jardim Paulista, CEP 01451-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomada de contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) alteração do modo de representação, administração e poderes Diretoria; (iii) alteração do objeto social da Companhia; (iv) mudança de endereço da filial da Companhia; (v) retificação do Edital de Convocação e Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, bem como aprovação em nova Assembleia Geral por procuradores constituídos na forma do Artigo 126 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. São Paulo, 29 de maio de 2020. **Marcio Kotti Takiguchi** - *Diretor Presidente.*

CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 3530015402

ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 9ª, 10ª e 11ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("**CRA**") das 9ª, 10ª e 11ª Séries da 1ª Emissão da CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO ("**Emissão**"), ("**Emissora**"), vem por meio deste instrumento, e PENTAGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir em **Assembleia Geral** ("**AG**"), a ser realizada em segunda convocação **em 16 de junho de 2020**, a partir de 10:00 horas, que ocorrerá de forma exclusivamente eletrônica através da plataforma unificada de conferência de Microsoft Teams, de conexão via internet, a ser disponibilizada pela Emissora, conforme detalhado abaixo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) discussão e votação, nos termos do artigo 22 item "7" da Instrução CVM nº 600, de 01/08/2018 ("**Instrução CVM 600**"), das demonstrações financeiras, nos termos do artigo 126 da lei das S.A. Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019. Considerando a obrigatoriedade de realização da presente AG por meio de ato da CVM em decorrência do Decreto nº 10.416, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de São Paulo, bem como ao Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020, com o objetivo de preservar a saúde dos Titulares dos CRA e demais participantes, a AG será realizada de forma virtual, por videoconferência, cujo acesso será disponibilizado aos Titulares dos CRA e demais participantes, a AG será realizada pela Emissora, através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para a realização da AG, para os endereços eletrônicos da Emissora (gestao@vecharsil.com.br) e do Agente Fiduciário (assembleia@pentagonotrustee.com.br). Documentos comprobatórios de representação, nos termos do artigo 126 da lei das S.A. e/ou Titulares dos CRA poderão se fazer representar na AG por procuração, emitida por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, ou abono bancário, acompanhado de cópia de documento de identidade do outorgado. A AG será instalada em segunda convocação, nos termos do artigo 124 da lei das S.A. e da Instrução CVM 600, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA em Circulação. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §3º, do artigo 26, da Instrução CVM nº 600, uma vez que as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado não contém ressalvas, estas serão consideradas automaticamente aprovadas, caso não enseje manifestação na ocasião da segunda convocação. São Paulo, 03 de junho de 2020. **CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO**

ISEC SECURITIZADORA S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE: 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("**CRI**") das 54ª e 55ª séries da 4ª Emissão da Isec Securitizadora S/A ("**Emissora**" e "**Emissão**"), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Emissora, estão convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("**AG**"), a ser realizada, em primeira convocação, em **23 de junho de 2020, às 10 horas**, de forma exclusivamente digital, conforme disposições da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, através da plataforma unificada de comunicação microsoft teams ("Teams") a ser enviado o link para conexão pela Emissora, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08 ("**Emissora**"), e/ou pessoa a ser por ela indicada, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **ORDEM DO DIA:** (a) A confirmação ou não da exigência de Recompra Compulsória, pelo Cedente, nos termos do item (ii) da Cláusula 4.1 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("**Contrato de Cessão**") com o consequente resgate antecipado dos CRI, diante da verificação de insuficiência dos Recursos depositados na Conta Vinculada por dois meses consecutivos. (b) Caso os investidores não exijam a Recompra Compulsória, deliberar sobre a adoção ou não, pela Emissora, do Regime Fiduciário de Cessão Fiduciária, em razão da ocorrência de evento de mercado nacional e internacional nesse momento, originado pelo novo corona vírus causador da Covid-19, e que abrange os seguintes pedidos: (i) a concessão ou não de prazo até dezembro de 2020 para que a Cedente recomponha o Valor Mínimo de Recebíveis Imobiliários (dados os efeitos da Covid-19 no setor de locação de imóveis que impossibilitaram o valor necessário para a quitação integral de 3 (três) parcela mensal de pagamentos - PMTs vincendas, na respectiva data de apuração); (ii) a renúncia ou não da liberação para a Cedente dos Recursos depositados na Conta Vinculada, até então bloqueados pelo Banco Depositário conforme solicitado pela Emissora nos termos da cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, em razão de os Recursos depositados na Conta Vinculada não terem atingido o Valor Mínimo nas apurações realizadas em 05 de abril e 05 de maio de 2020; (iii) Decorrendo a não liberação dos Recursos da Conta Vinculada, se até então bloqueados pelo Banco Depositário conforme solicitado pela Emissora nos termos da cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, em razão de os Recursos depositados na Conta Vinculada não terem atingido o Valor Mínimo nas apurações realizadas em 05 de abril e 05 de maio de 2020; (iv) Decorrendo a não liberação dos Recursos da Conta Vinculada, se até então bloqueados pelo Banco Depositário conforme solicitado pela Emissora nos termos da cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, em razão de os Recursos depositados na Conta Vinculada não terem atingido o Valor Mínimo nas apurações realizadas em 05 de abril e 05 de maio de 2020, o pedido de carência de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante ainda devido, independentemente de aviso prévio, interpelação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); (v) Convenente Adicipado das Debêntures: em razão da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item (e) acima e seguintes, prejuízo da Remuneração Adicipada (automático ou não dos valores, prazos de curas, limites ou valores mínimos (thresholds), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a taxa e/ou prazos serão negociados e definidos pela Diretoria da Companhia e previstos na Escritura de Emissão, devalorizando, em seus termos, as demais pli previstos); (i) desapropriação pela Companhia, de qualquer de suas obrigações pecuniárias assumidas perante os Debenturistas no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou Contrato de Cessão Fiduciário de Direitos Creditórios, em seguida, pela Companhia ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras, de qualquer de suas obrigações não pecuniárias assumidas na Escritura de Emissão ou em qualquer dos Contratos de Garantia; (ii) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida na Escritura de Emissão e/ou Contratos de Garantia (a ser (conforme definido abaixo); (iv) decretação de vencimento antecipado das Debêntures ICB; (v) inadimplemento pecuniário ou decretação de vencimento antecipado de qualquer operação financeira contratada pela Companhia, pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelas demais Sociedades Relevantes; (vi) alteração do controle (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia, de qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou de qualquer das demais Sociedades Relevantes; (vii) eventos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer das Intervenientes Garantidoras, da Loma Negra e/ou de qualquer das demais Sociedades Relevantes; (viii) ainda de ordem de qualquer dos controladores diretos da Companhia; (viii) transformação do tipo societário da Companhia nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, cisão, incorporação de ações, fusão, incorporação de sociedade em incorporação de ações, fusão, venda ou transferência de participação, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, de qualquer das Intervenientes Garantidoras, da Loma Negra e/ou de qualquer das demais Sociedades Relevantes; (x) caso se descumpridas as obrigações pela Companhia e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras na Escritura de Emissão ou nas Garantias sejam comprovadamente falsas, ou sejam enganosas, incorretas, incompletas ou inconsistentes; (xi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência, para de terceiros, de qualquer dos direitos e obrigações da Companhia ou no todo ou em parte, de qualquer obrigação relacionada a presente Escritura de Emissão e/ou as Garantias; (xii) caso a Companhia, qualquer entidade do Grupo Econômico ou partes relacionadas a qualquer delas, tome qualquer medida ou ação que vise à invalidade, nulidade, suspensão, revogação, ineficácia, perda de caráter vinculante ou inexequibilidade da Escritura de Emissão e/ou de qualquer das Garantias; (xiii) invalidade, ilegalidade, inexigibilidade, ineficácia, perda de caráter vinculante ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer das Garantias em razão de medidas tomadas por qualquer terceiros, conforme decisão cujos efeitos não tenham sido suspensos judicialmente dentro do prazo legal; (xiv) protesto de títulos contra a Companhia, qualquer controlada ou qualquer outra participação no lucro pela Companhia ou qualquer outra sociedade que a substitua como holding que concentre os negócios do(s) controlador(es) das Sociedades Relevantes; (xv) alteração no exercício social da Companhia, de qualquer das Intervenientes Garantidoras, da Loma Negra e/ou de qualquer das demais Sociedades Relevantes; (xvi) redução de capital da Companhia, da Loma Negra e/ou de qualquer das demais Sociedades Relevantes; (xvii) cisão, fusão ou incorporação da Companhia, da Loma Negra e/ou de qualquer das demais Sociedades Relevantes; (xviii) criação de nova holding que concentre os negócios de clientes/controlados das Sociedades Relevantes, sem a prévia anuência dos Debenturistas; (xvii) se a Companhia, qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou qualquer das demais Sociedades Relevantes deixarem de manter seus respectivos registros de companhia aberta perante a CVM e/ou deixarem de estar adequadamente registrados perante a B3 e/ou deixarem de estar adequadamente registrados perante a B3, no Brasil ou no exterior, que imponha obrigação de pagar; (xix) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedade ou das ações do capital social da Companhia, de qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou de qualquer das sociedades exclusivas (controle não compartilhado) e/ou da Loma Negra; (xxi) descumprimento dos covenants financeiros a serem previstos na Escritura de Emissão; (xxii) caso a Companhia e/ou qualquer das Intervenientes Garantidoras e/ou qualquer das demais sociedades controladas pela Companhia, venham a realizar operações de leasing financeiro, ou emita novos títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (xxiii) caso, em relação a qualquer endividamento existente da Companhia ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras, seja (1) realizado qualquer ajuste na remuneração em valor superior ao previsto na Escritura de Emissão, (2) conferida qualquer preferência ou antecipação no pagamento, (3) realizado o seu resgate antecipado ou a sua recompra ou amortização em prazo anterior ao previsto na Escritura de Emissão (observadas as disposições da Escritura de Emissão), e/ou (4) verificado a existência de qualquer garantia, real ou pessoal; e (xiv) arresto, sequestro ou penhora total/parcial ou parte substancial dos ativos da Companhia, de qualquer das Intervenientes Garantidoras, da Loma Negra e/ou qualquer das Sociedades Relevantes; e (xd) Demais Condições: todas as demais condições e regras específicas previstas na Escritura de Emissão e/ou Instrumento Particular de Contrato de Garantia, a ser constituído a prestação, pela Companhia em favor dos titulares das Debêntures ICB, por todo o prazo de vigência das Debêntures ICB, da Fiança, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Companhia, bem como seus herdeiros e sucessores, a prestar a Fiança em favor dos titulares das Debêntures ICB, por todos e quaisquer obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou a serem assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão ICB, renunciando expressamente a Companhia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos art. 333, §, único, 366, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil Brasileiro, e 130 e 794 do Código de Processo Civil Brasileiro (nos termos e condições da Emissão ICB e das Debêntures ICB, os detalhados e regulados por meio da respectiva escritura de emissão das Debêntures ICB ("Escritura de Emissão ICB"), sendo que, exceto pelo valor total da Emissão ICB, no valor de R$ 1.700.161.000,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil reais), as características das Debêntures ICB a serem emitidas, qual seja, R$ 1.700.161 (um milhão e setecentas mil e cento e sessenta e uma) Debêntures, as demais principais características e condições da Emissão ICB e das Debêntures ICB, incluindo valor nominal unitário, data de emissão, pagamento e vencimento, remuneração, amortização programada, prêmio, resgate antecipado e amortização extraordinária, encargos moratórios, vencimento antecipado, serão substancialmente os mesmos da Emissão e das Debêntures ICB, aprovadas em 18 de maio de 2020, e, caso seja aceitável pelos titulares das Debêntures e das Debêntures ICB, deverão que não violo e Cada Bonds, de Cada Liquidez de Ativos Operacionais, a ser constituído na forma de garantia fiduciária (ou, caso seja aceitável pelos Debenturistas, garantia similar permitida conforme a legislação aplicável) sobre a totalidade dos Recursos Líquidos da Venda de Ativos Operacionais (a "Garantia") e a totalidade da Conta Vinculada, bem como sobre as Conta(s) Vinculada(s) de titularidade da Companhia; (iv) autorizar a diretoria da Companhia, ou seus procuradores, a praticar(em) todos os atos necessários e/ou convenientes a realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, bem como a prestação da Fiança e da Garantia sobre Recursos Líquidos da Venda de Ativos Operacionais, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação dos Coordenadores e demais prestadores de serviços no âmbito da Oferta Restrita (incluindo para fins de constituição da Garantia sobre Recursos Líquidos da Venda de Ativos Operacionais), tais como os assessores legais, o agente fiduciário, o banco liquidante das Debêntures, Escriturador e a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; (b) a discussão, negociação e definição dos termos e condições (especialmente obrigações, declarações, índices financeiros, e a qualificação, prazos de cura, limites ou valores mínimos (thresholds), especificações, ressalvas e/ou exceções às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures), bem como a celebração, da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia, da Escritura de Emissão ICB e do(s) instrumento(s) que formem(formarão) a Garantia sobre Recursos Líquidos da Venda de Ativos Operacionais, bem como de seus eventuais aditamentos; e (c) a discussão, negociação e definição dos termos e condições, bem como a celebração, e/ou aditamento, de quaisquer contratos, requerimentos, notificações, declarações e/ou documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita (incluindo relativos a todas e quaisquer garantias no âmbito da Emissão), bem como a prestação da Fiança e da Garantia sobre Recursos Líquidos da Venda de Ativos Operacionais, observado o disposto nas deliberações acima. (V) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, para a realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, incluindo a contratação dos prestadores de serviços da Oferta Restrita, bem como para a prestação da Fiança e da Garantia sobre Recursos Líquidos da Venda de Ativos Operacionais. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Franklin Feder - Presidente; Luiz Augusto Klecz - Secretário. Acionistas presentes: Mover Participações S.A. (p.procurador), Camargo Corrêa. Investimentos em Infraestrutura S.A. (p.procurador) e Banco Bradesco BBI S.A. (p.procurador). São Paulo, 04 de junho de 2020. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO. Franklin Feder - Presidente; Luiz Augusto Klecz - Secretário.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0015925-66.2019.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Jabaquara, Estado de São Paulo, Drª(a). CLAUDIA FELIX DE LIMA, na forma da Lei, etc. Faz Saber a José Carlos de Jesus Júnior ME (CNPJ. 01.940.941/0001-18), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fuerti e Henriques Advogados e Shop Tour Tv Ltda, converteu-se em mandado executivo, constituindo título executivo judicial da quantia de R$ 26.957,81 (dezembro de 2019). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios (art. 523 do CPC) e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente impugnação nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC. Foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, **pague** a quantia de R$13.333,27 (em 31/01/2020), devidamente atualizada, **sob pena de multa** de 10% sobre o valor do débito e **honorários advocatícios** de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, **independentemente de penhora** ou **nova intimação**, apresente, nos próprios autos, sua **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Dado e afixado na cidade de São Paulo, aos 16 dia abril de 2020.

05 e 06/06

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO - 6ª VARA CÍVEL - Av. das Nações Unidas, 22939 - (Torre Brigadeiro) - 10º andar - Jurubatuba - CEP 04795-100 - Fone: 5541-8083 - São Paulo-SP - E-mail: stoamaro6cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0003006-14.2020.8.26.0002**. A **MM**ª Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, **Drª Adriana BARRELA**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a DEJESE ANGELA DA CONCEIÇÃO**, CPF 346.436.478-09, que por este Juízo, tramita de uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **INSTITUTO DE ENSINO MARÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.C. LTDA.** Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, **pague** a quantia de R$13.333,27 (em 31/01/2020), devidamente atualizada, **sob pena de multa** de 10% sobre o valor do débito e **honorários advocatícios** de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, **independentemente de penhora** ou **nova intimação**, apresente, nos próprios autos, sua **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Dado e afixado na cidade de São Paulo, aos 16 dia abril de 2020.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF Nº 07.587.384/0001-30 - Companhia Aberta - CNPJ/MF Nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.393.149

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS IMOBILIARIOS DA 4ª SÉRIE DA 3ª EMISSÃO DA GAIA SECURITIZADORA S.A., EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30 ("**Emissora**"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12.2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 4ª Série da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Gaia Securitizadora S.A., celebrado em 28 de maio de 2014 ("Termo de Securitização"), em e-mail a Emissora e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("**Agente Fiduciário**", "**CRI**" e "**Emissão**", respectivamente), convoca os Srs. titulares dos CRI ("**Titulares dos CRI**") a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de maio de 2020, e em segunda convocação, em função da não instalação da Assembleia em primeira convocação, no dia 27 de maio de 2020. Nos termos da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("**Instrução CVM 625**") e conforme previsto no Edital de Convocação, **a Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, conforme instruções descritas abaixo**, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** tal fendo em vista que não há previsão de retroceção fase antes do início da oferta, aprovar ou não a possibilidade de enforcento em fase de Construção Diamante Lisa, escritta no CNPJ/ME sob o nº 03.117.224/0001-76 ("**Cedente**") da totalidade dos créditos imobiliários representados pelas Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais sem garantia real imobiliária ("**CCI**") emitidas pela Cedente por meio do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais sem Garantia Real sob a Forma Escritural*" ("Escritura de Emissão de CCI"), firmado em 20 de novembro de 2014, entre a Agente Fiduciário, na qualidade de instituição custodiante, que constituem lastro aos CRI ("Retrocessão da Totalidade dos Créditos Imobiliários"), sendo certo que, caso aprovado, o pagamento pela Cedente referente a Retrocessão da Totalidade dos Créditos Imobiliários deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar da data de realização da Assembleia, por qualquer meio, sendo tais valores a serem pagos pela Cedente em favor da Emissora sera referente a Retrocessão da Totalidade dos Créditos Imobiliários no prazo de até 30 (trinta) dias da data da realização da Assembleia, sendo que os valores a serem pagos pela Cedente em decorrência da Retrocessão da Totalidade dos Créditos Imobiliários 127 e 128 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) independentemente de qualquer comunicação, notificação ou qualquer outro ato judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário, ou pelo Cedente, para que o Cedente adquirir indenização pela Cedente, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário; e **(b)** consequente Resgate Antecipado da totalidade dos CRI, a ser realizada pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis da confirmação do recebimento dos valores pagos pela Cedente referente aos Créditos Imobiliários da Cedente, nos termos da Cláusula 12.2 do Termo de Securitização, observado o disposto na Cláusula 7.1, Cláusula 8.15 item (iv) do Termo de Securitização; **(iii)** caso seja aprovada a matéria do item "i", acima, definir o Preço de Retrocessão e o correspondente valor de Resgate Antecipado dos CRI, o qual não poderá ser inferior ao Valor Nominal Unitário (conforme definido no Termo de Securitização) ou saldo devedor à época, acrescido da Remuneração (conforme definido no Termo de Securitização) devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do resgate dos CRI, conforme cláusula 7.2 do Termo de Securitização; **(iii)** caso seja aprovado o item (b) e (i) acima, aprovar, autorizar e consentir a celebrarmo do CRI após o Resgate Antecipado, independentemente da celebração de documentos adicionais e a Emissora realizará comunicação pela Cedente (de indicação (a) da data exata do Resgate Antecipado dos CRI e do valor do Resgate Antecipado e (b) programação do evento de pagamento perante a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento do ofício de Retrocessão do Crédito Imobiliário; e **(iv)** autorizar a Emissora, ao Agente Fiduciário e à Cedente, bem como a tomar todas e quaisquer medidas e/ou providências necessárias ao cumprimento das ordens do dia acima. Todos os termos empregados no indicado em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se de outra forma alterados ou prejudicados pelo presente instrumento. Os documentos pertinentes à Ordem do Dia estão à disposição dos Titulares dos CRI, na sede da Emissora, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.195, 2º andar, sala 21, Vila Olimpia, CEP 04547-003, São Paulo, SP, e-mail: gaia@gaiasecuritizadora.com.br, juntamente com o presente edital de convocação e serão encaminhadas diretamente a todos os Titulares dos CRI.

São Paulo, 01 de junho de 2020.

ISEC SECURITIZADORA S.A.

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ nº 12.648.266/0001-24

Mensagem da Administração: O Grupo Ambipar, fundado em 1995, possui atuação no Brasil e exterior, e um amplo portfólio de serviços ambientais, destacando-se principalmente pela valorização de resíduos e respostas a emergências ambientais, baseadas no princípio da sustentabilidade. Somos pioneiros em diversos produtos e serviços, além de uma referência no mercado pela inovação em uso de tecnologias de ponta e em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Buscamos soluções customizadas às necessidades de cada cliente, sempre a implementação de novas tecnologias e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os sempre ao possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da Economia Circular. Em outras palavras, ao reincorporar os resíduos aos processos produtivos, os clientes melhoram seus indicadores de sustentabilidade, poupam recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações. Estamos segmentados atualmente em três pilares - Ambipar Environment e Ambipar Response. • **Ambipar Environment:** atua na gestão total de resíduos, com foco na valorização apoiada em P&D1 (Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação). A Environment elabora projetos exclusivos que atendem sob medida às necessidades dos clientes, ajudando-os a manterem o foco em suas atividades fim, sempre tendo como base a segurança, a qualidade e a eficiência nos processos. Esses diferenciais, incluindo a gestão de pessoas, é que fazem a Environment ser parceira dos clientes e ampliar nos já existentes, o portfólio de serviços do Grupo Ambipar. • **Ambipar Response:** oferece soluções líderes no Brasil e com alta capilaridade no exterior, no segmento de atendimento emergencial, envolvendo acidentes com produtos químicos e poluentes, além de controle e mitigação de riscos. Opera com equipes próprias e vasta abrangência geográfica, o que reflete em menor tempo de resposta. A Ambipar Response possui operações em mais de 32 bases operacionais, estrategicamente localizadas no território nacional e internacional, contando com viaturas e técnicos de formação multidisciplinar, tais como: químicos, engenheiros de diversas especialidades, bombeiros e médicos. Outro diferencial é a sua Central Internacional de Atendimento a Emergência DDG 0800-1722020 (CECOE), com atendimento para clientes globais, totalmente informatizada, que conta com 24 horas por dia, com backup de telefonia e energia. A Ambipar Response oferece serviços em prevenção de acidentes, treinamentos e resposta a emergências. Disponibilizamos a maior e mais completo campo de treinamento fora de unidades fabris, em parceria com produtores petroquímicos da América Latina localizado no município de Nova Odessa, estado de São Paulo, Brasil, além de mais 2 unidades localizadas no Chile e Peru. O modelo de negócios da Ambipar permite que a Companhia mantenha o foco em seus clientes e ofereça soluções que proporcionem retorno sobre o capital investido, abundam de acordo com as regras de compliance e responsabilidade socioambiental. Afinal, para nós, sustentabilidade não é apenas um discurso, é nosso dia a dia!

NOSSOS PRINCÍPIOS

• **MISSÃO:** Contribuir para que as empresas e a sociedade sejam sustentáveis, preservando o mundo para as futuras gerações.

• **VISÃO:** Somos reconhecidos como referência global em soluções ambientais integradas, com o foco do cliente.

• **VALORES:** Acreditar e fazer acontecer; empreendedorismo, profissionalismo, inovação e sustentabilidade.

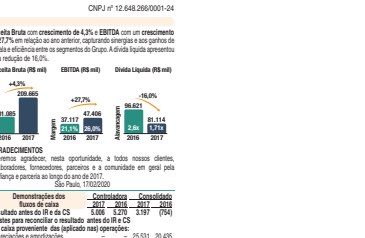
NOSSA MATRIZ

O Grupo Ambipar com a perspectiva favorável para o cenário macroeconômico brasileiro e principal crescimento dos segmentos em que os clientes do grupo operam, pretende impulsionar seu crescimento em abertura de novas bases no mundo, ampliação da sua força comercial e cross-selling entre as operações da Ambipar Environment e Ambipar Response.

DESTAQUES FINANCEIROS

Com relação ao desempenho financeiro do período, podemos destacar:

Receita Bruta com crescimento de 4,3% e **EBITDA** com um crescimento de 27,7% em relação ao ano anterior, capturando sinergias e aos ganhos de escala e eficiência entre os segmentos do Grupo. A receita líquida apresenta uma redução de 16,0%.



AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2017.

São Paulo, 17/02/2020

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante		**2.049**	**2.994**	**61.963**	**43.447**
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.994	27.255	11.139
Contas a receber	5	-	-	22.141	20.316
Impostos a recuperar	6	-	-	7.279	8.538
Outras contas a receber	8	2.044	-	5.278	2.828
Não circulante		**219.774**	**214.597**	**216.332**	**230.167**
Partes relacionadas	15	7.503	7.104	-	2.043
Contas a receber	5	-	-	5.369	5.369
Impostos a recuperar	6	-	-	8.915	1.625
Imposto de renda e contribução social diferidos	21	-	-	1.520	7.186
Depósitos judiciais	14	-	-	4.345	3.992
Investimentos	7	211.211	207.480	18.593	14.623
Imobilizado	8	-	-	116.578	134.963
Intangível	9	-	-	61.212	60.376
Total do ativo		**221.823**	**217.591**	**278.295**	**273.614**

Passivo	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante		**4.365**	**4.496**	**36.715**	**62.276**
Empréstimos e financiamentos	10	3.889	3.889	36.176	35.966
Fornecedores	12	-	-	4.599	6.604
Salários e encargos sociais a pagar	-	-	-	8.249	7.209
Impostos a recolher	13	-	-	3.169	9.977
Dividendos a pagar	15	476	-	476	-
Outras contas a pagar	-	-	601	1.406	2.620
Não circulante		**76.669**	**89.693**	**81.526**	**87.648**
Empréstimos e financiamentos	10	28.868	30.787	60.726	64.231
Debêntures	11	-	-	8.817	8.213
Partes relacionadas	15	45.837	53.906	2.948	4.021
Impostos a recolher	13	-	-	5.063	5.827
Provisão para perdas com investimentos	7	3.734	4.981	-	962
Provisão para contingências	14	-	-	3.235	3.114
Outras contas a pagar	-	-	-	737	1.304
Patrimônio líquido		**139.989**	**123.408**	**139.854**	**123.710**
Capital social	16	87.192	52.692	87.192	52.692
Reservas de lucros	16	71.896	72.566	71.896	72.566
Ajuste acumulado de conversão	16	901	150	901	150
Arbitrável ao controlador	-	138.989	123.408	138.989	123.408
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	5	302
Total do passivo e patrimônio líquido		**221.823**	**217.591**	**278.295**	**273.614**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros	Reservas de Lucros Reserva de Contingência	Ajuste acumulado de conversão	Lucros arbitrável ao controlador	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31/12/2015	**50.692**	**3.522**	**75.374**	**53**	**-**	**129.642**	**(2.658)**	**127.984**
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	2.636	2.636
Distribuição de lucros	-	-	(12.000)	-	-	(12.000)	-	(12.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.270	5.270	324	5.594
Outros resultados abrangentes (Ajuste de conversão de balanço)	-	-	-	(385)	-	(385)	-	(385)
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	264	-	(264)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(5.006)	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	**50.692**	**4.186**	**63.638**	**150**	**-**	**123.408**	**302**	**123.710**
Aumento de capital social	16.500	-	-	-	-	16.500	-	16.500
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(399)	(399)
Distribuição de lucros	-	-	(920)	-	(4.260)	(5.200)	-	(5.200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.006	5.006	102	5.108
Outros resultados abrangentes (Ajuste de conversão de balanço)	-	-	-	751	-	751	-	751
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(476)	(476)	-	(476)
Saldos em 31/12/2017	**67.192**	**4.186**	**62.718**	**901**	**-**	**136.989**	**5**	**136.994**

Demonstrações do Resultado

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida	19	-	-	182.071	175.757
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(153.463)	(159.277)
Lucro bruto		**-**	**-**	**28.608**	**16.480**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais, administrativas e outras receitas e despesas	19	-	-	(14.613)	(10.273)
Equivalência patrimonial	7	8.479	11.826	8.249	7.878
Outras receitas (despesas) líquidas	19	-	-	-	-
Despesas financeiras	19	(963)	-	(427)	2.997
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**9.442**	**11.826**	**21.875**	**16.082**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	20	(4.436)	(6.556)	(19.901)	(18.153)
Receitas financeiras	20	-	-	1.223	717
		(4.436)	**(6.556)**	**(18.678)**	**(17.436)**
Resultado antes do IR e CS		**5.006**	**5.270**	**3.197**	**(754)**
IR e CS - Corrente	21	-	-	(142)	(285)
IR e CS - Diferido	21	-	-	2.053	1.039
Lucro líquido do exercício		**5.006**	**5.270**	**5.108**	**5.594**
Atribuível a(o): Controladores		-	-	5.006	5.270
Participação dos não controladores		-	-	102	324
Quantidade de ações do capital social no final do exercício		69.202.254	52.702.254		
Lucro por ação no fim do exercício - em R$		**0,07**	**0,10**		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	**5.006**	**5.270**	**5.108**	**5.594**
Ganhos cambiais reflexos de investimentos no exterior	751	(385)	751	(385)
Outros resultados abrangentes	**5.757**	**4.885**	**5.859**	**5.209**
Atribuível aos:				
Controladores	5.757	4.885	5.757	4.885
Participações não controladas	-	-	102	324

Demonstração do valor adicionado

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas	-	-	**209.701**	**201.108**
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	205.687	196.915
Outras receitas	-	-	3.978	4.170
Perdas para créditos de liquidação duvidosa - Reversão(Constituição)	-	-	-	21
Insumos adquiridos de terceiros	**963**	-	**(66.118)**	**(79.027)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos, acrescido dos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	963	-	(66.118)	(79.021)
Perdas/recuperação de valores ativos	-	-	-	6
Valor adicionado líquido produzido	**963**	-	**140.542**	**122.083**
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(25.532)	(23.426)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**963**	-	**115.010**	**98.661**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	8.479	11.826	8.133	7.878
Outras receitas/receparações	-	-	1.719	3.046
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	-	-	1.223	717
	8.479	**11.826**	**11.075**	**11.641**
Valor adicionado total a distribuir	**9.442**	**11.826**	**126.085**	**110.302**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal, encargos e benefícios	-	-	**47.452**	**40.914**
Remuneração direta	-	-	47.452	40.914
Benefícios	-	-	11.882	8.781
FGTS	-	-	3.839	4.022
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	**29.116**
Federais	-	-	28.849	23.296
Estaduais	-	-	3.712	3.918
Municipais	-	-	5.499	5.791
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	-	**11.429**
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	4.436	6.556	19.344	17.987
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio e dividendos	4.756	-	4.756	-
Lucros retidos no exercício	250	5.270	250	5.270
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	102	324
	9.442	**11.826**	**126.085**	**110.302**

3.4. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros de caixa'	Categoria contábil	Controladora Valor contábil 2017	Controladora Valor contábil 2016	Consolidado Valor contábil 2017	Consolidado Valor contábil 2016
	Valor justo por meio do resultado	-	-	5	-
	Custo amortizado	-	2.994	27.255	11.139
Ativos financeiros		-	2.994	27.260	11.139
Caixa e equivalentes		-	2.994	27.255	11.139
Contas a receber		-	-	5	-
Passivos financeiros					
Empréstimos e arrendamentos	Custo amortizado	99.502	99.502	-	-
Debêntures	Custo amortizado	8.817	8.817	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	4.584	4.584	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	1.406	1.406	-	-
(*) O valor justo é mensurado pelo nível 2 da hierarquia do valor justo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados pelo nível do valor justo nível 1 e 3.

7. Investimentos

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Investimentos em controladas	151.948	102.000	-	-
Ágios pagos na aquisição de investimentos por expectativa de rentabilidade futura	40.870	40.870	-	-
	211.211	**207.493**	**18.393**	**14.663**
Perda em investimentos em controladas (3.734)	(4.019)	-	-	-
Perda em investimentos em controladas em conjunto	(962)	-	(962)	-
	(3.734)	**(4.981)**	**(962)**	
Saldo em 31/12/2016	**207.493**	**18.393**	**14.663**	
Ágios pagos na aquisição de investimentos por expectativa de rentabilidade futura	40.870	40.870	-	-
	211.211	**207.493**	**18.393**	**14.663**
Perda em investimentos em controladas (3.734)	(4.019)	-	-	-
Perda em investimentos em controladas em conjunto	(962)	-	(962)	-
	(3.734)	**(4.981)**	**(962)**	
Saldo em 31/12/2017	**207.493**	**18.393**	**14.663**	

Demonstrações do fluxo de caixa

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado antes do IR e da CS	**5.006**	**5.270**	**3.197**	**(754)**
Ajustes para reconciliar o resultado antes do IR e CS ao caixa proveniente das (aplicado nas) operações:				
Depreciações e amortizações	-	-	25.531	20.435
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	36	21
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	-	-	5.144	4.235
Provisão para contingências	-	-	121	(3)
Valor residual baixado na alienação de investimento	(963)	-	(963)	-
Equivalência patrimonial	(8.479)	(11.826)	(8.249)	(7.878)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	4.424	5.474	14.096	13.229
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	-	-	(2.074)	492
Impostos a recuperar	-	-	(6.031)	(495)
Outras contas a receber	(2.041)	-	(2.606)	1.939
Depósitos judiciais	-	-	(353)	(3.559)
Fornecedores	-	-	(1.951)	1.860
Salários e encargos sociais	-	-	1.101	(2.217)
Impostos a recolher	-	-	314	(1.715)
Outras contas a pagar	-	-	(1.184)	(2.227)
Caixa proveniente (ou aplicado nas) operações	**(2.053)**	**(1.082)**	**26.129**	**23.325**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.428)	(5.474)	(13.436)	(13.172)
IR e CS pagos	-	-	(142)	(216)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(6.481)**	**(6.556)**	**12.491**	**9.937**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para compra de investimentos	-	(14.000)	-	-
Dividendos recebidos	5.226	3.865	5.226	3.865
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	(5.627)	(3.660)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**5.226**	**3.865**	**(399)**	**(795)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Atribuído aos acionistas				
Aumento de capital	16.500	-	16.500	-
Pagamento de dividendos	(5.200)	(12.000)	(5.200)	(12.000)
Atribuído a financiamentos				
Partes relacionadas	(8.547)	(20.488)	970	(903)
Captações de empréstimos e financiamentos	-	38.865	15.555	39.070
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.489)	(825)	(24.477)	(15.057)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(1.736)**	**5.452**	**3.348**	**11.110**
(Redução)/aumento líquido de caixa	**(2.989)**	**2.761**	**15.440**	**7.252**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.994	233	11.765	2.987
Caixa e equivalentes de caixa no final	-	2.994	27.205	10.239
(Redução)/aumento líquido do caixa	**(2.989)**	**2.761**	**15.440**	**7.252**

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Resultado antes do IR e da CS	**5.006**	**5.270**	**3.197**	**(754)**
Ajustes para reconciliar o resultado antes do IR e CS ao caixa proveniente das (aplicado nas) operações:				
Depreciações e amortizações	-	-	25.531	20.435
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	36	21
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	-	-	5.144	4.235
Provisão para contingências	-	-	121	(3)
Valor residual baixado na alienação de investimento	(963)	-	(963)	-
Equivalência patrimonial	(8.479)	(11.826)	(8.249)	(7.878)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	4.424	5.474	14.096	13.229
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	-	-	(2.074)	492
Impostos a recuperar	-	-	(6.031)	(495)
Outras contas a receber	(2.041)	-	(2.606)	1.939
Depósitos judiciais	-	-	(353)	(3.559)
Fornecedores	-	-	(1.951)	1.860
Salários e encargos sociais	-	-	1.101	(2.217)
Impostos a recolher	-	-	314	(1.715)
Outras contas a pagar	-	-	(1.184)	(2.227)
Caixa proveniente (ou aplicado nas) operações	**(2.053)**	**(1.082)**	**26.129**	**23.325**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.428)	(5.474)	(13.436)	(13.172)
IR e CS pagos	-	-	(142)	(216)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(6.481)**	**(6.556)**	**12.491**	**9.937**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para compra de investimentos	-	(14.000)	-	-
Dividendos recebidos	5.226	3.865	5.226	3.865
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	-	(5.627)	(3.660)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**5.226**	**3.865**	**(399)**	**(795)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Atribuído aos acionistas				
Aumento de capital	16.500	-	16.500	-
Pagamento de dividendos	(5.200)	(12.000)	(5.200)	(12.000)
Atribuído a financiamentos				
Partes relacionadas	(8.547)	(20.488)	970	(903)
Captações de empréstimos e financiamentos	-	38.865	15.555	39.070
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.489)	(825)	(24.477)	(15.057)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(1.736)**	**5.452**	**3.348**	**11.110**
(Redução/aumento líquido de caixa	**(2.989)**	**2.761**	**15.440**	**7.252**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.994	233	11.765	2.987
Caixa e equivalentes de caixa no final	-	2.994	27.205	10.239
(Redução/aumento líquido do caixa	**(2.989)**	**2.761**	**15.440**	**7.252**

7.1. Informações das controladas: Os participações líquidas dos investidas são os seguintes:

Controladas	Patrimônio líquido 31/12/2017	Patrimônio líquido 31/12/2016	Percentual (%) - 2017
(Diretas):			
Ambiltec	100.656	104.554	100
Brasil Ambiental	33.091	31.327	100
Getel	10.503	9.190	100
Planeta Ambiental	312	294	100
Descarte Certo	160	160	100
Bioland	123	-	51
Ambientalfal	(857)	4.581	51
	229	**151.946**	**(3.734)**
Controladas em conjunto			
3GA	14.623	-	50
Avangard	(1.890)	51	50

7.2. Movimentação dos investimentos em controladas

	Saldo em 31/12/2016 Investimentos	Saldo em 31/12/2016 Provisão para perdas com investimentos	Baixa de investimentos	Variação cambial de investimentos no exterior	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31/12/2017 Investimentos	Saldo em 31/12/2017 Provisão para perdas com investimentos
Controladas								
Ambiltec	100.656	-	-	-	3.898	-	104.554	-
Brasil Ambiental	33.091	-	-	-	2.236	-	31.327	-
Getel	10.503	-	-	-	(1.313)	-	9.190	-
Planeta Ambiental	312	-	-	-	(18)	-	294	-
Descarte Certo	-	-	-	-	160	-	-	(2.447)
Bioland	-	-	-	-	123	-	-	(1.411)
Ambientalfal	7.438	-	-	-	(857)	-	4.581	-
	152.000	**(4.017)**	-	-	**229**	-	**151.946**	**(3.734)**
Controladas em conjunto								
3GA	14.623	-	-	-	750	8.250	(5.228)	18.395
Avangard	-	(962)	962	-	-	-	-	-
	14.623	**(962)**	**962**	-	**750**	**8.250**	**(5.228)**	**18.395**
	166.623	**(4.981)**	**962**	-	**750**	**8.479**	**(5.228)**	**(18.341)**
	Saldo em 31/12/2015 Investimentos	**Saldo em 31/12/2015 Provisão para perdas com investimentos**	**Equivalência patrimonial**	**Dividendos propostos**	**Saldo em 31/12/2016 Investimentos**	**Saldo em 31/12/2016 Provisão para perdas com investimentos**		
Controladas:								
Ambiltec	98.421	-	2.235	-	100.656	-		
Brasil Ambiental	31.092	-	2.199	-	33.091	-		
Getel	11.512	-	1.991	-	10.503	-		
Planeta Ambiental	1.143	-	(831)	-	312	-		
Descarte Certo	-	(2.854)	247	-	-	(2.607)		
Bioland	-	(913)	(497)	-	-	(1.410)		
Ambientalfal	3.882	-	3.556	-	7.438	-		
	146.040	**(3.767)**	**3.710**	-	**152.000**	**(4.017)**		
Controladas em conjunto:								
3GA	10.696	-	8.177	(385)	(3.865)	14.623		
Avangard	-	(905)	(57)	-	-	(962)		
	10.696	**(905)**	**8.119**	**(385)**	**(3.865)**	**14.623**		
	156.736	**(4.672)**	**11.829**	**(385)**	**(3.865)**	**166.623**		

(*) Considerando o montante dos dividendos ajustados nas investidas, líquido de provisão de perdas para fundos estimados e após a constituição da reserva legal e demais destinações obrigatórias de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (LSA). Mesmo assim, para os casos de investimentos em empresas de responsabilidade limitada, os dividendos somente serão propostos e pagos após a deliberação dos sócios, conforme determina os respectivos contratos sociais.

7.3. Composição dos ágios com expectativa de rentabilidade futura

Composição do ágio	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Ambiltec	14.754	14.754	14.754	14.754
SOS Cotec	6.938	6.938	6.938	6.938
Brasil Ecom Serviços e Soluções	19.304	19.304	19.304	19.304
Multiambiental	15.987	15.987	15.987	15.987
3GA	9.068	9.068	9.068	9.068
Avangard	1.819	1.819	1.819	1.819
	68.870	**68.870**	**68.870**	**68.870**

Conforme Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio com expectativa de rentabilidade futura foi registrado no saldo do Ativo Intangível por ser referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na Controladora. Já no balanço individual da Controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição das controladas. O ágio também está registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na Controladora. Já no balanço individual da Controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição das controladas. O ágio também está registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade futura fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por ser referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na Controladora. Já no balanço individual da Controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição das controladas. O ágio também está registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se

Jornal do DIASP

(continuação)

(b) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização são demonstradas a seguir:

Itens	Vida Útil	Taxa média anual (em anos)	ponderada (%)
Edificações	39	10	2,56
Expansão Alemanha*	12	8,33	8,33
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3 a 17	17	17
Embarcações	20	5	5
Ferramentas	7 a 10	11,25	11,25
Informática	5 a 10	17	17
Instalações	10	10	10
Máquinas e Equipamentos	5 a 10	11,11	11,11
Móveis e Utensílios	10	10	10
Veículos	2,5 a 5	22,81	22,81
Licença de Uso	5	20	20
Software	5	20	20

(*) A Companhia possui dois aterros localizados nas cidades de Arcoverde/ES e Guarabira/PB **(c) Bens dados em garantia:** Em 31/12/2017, o montante de R$ 37.308 (R$ 45.632 em 2016) é representado pelos bens integrantes do ativo imobilizado nas classes de veículos (representado basicamente por caminhões), máquinas, aparelhos e equipamentos, que são as garantias dos respectivos financiamentos na modalidade de FINAME e Arrendamento Mercantil. **(d) Imparment(Imobilizado e intangível):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças de circunstâncias econômicas, ou operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e para o valor contábil líquido que exceder o valor justo recuperável, é constituída provisão de imparment ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são sujeitos a análise anual de redução ao valor recuperável (impairment) independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado, considerando a USC ambiental. A premissas de crescimento do negócio são baseadas no orçamento anual para 2018 e projeções de longo prazo de suas controladas. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo. Os valores atribuídos a estas representam a análise da Administração das tendências futuras e são baseadas em dados históricos de fontes externas e internas. O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue: • As receitas da USC incluem prestação de serviço. O crescimento das receitas foi projetado considerando as demandas de negócios em andamento na Companhia e o crescimento do mercado com base em estimativas de inflação; • Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico da USC e as tendências de respaldo de custo de pessoal e de materiais e serviços. • As despesas de capital (CAPEX) estimadas considerando a manutenção da infraestrutura, máquinas, equipamentos e veículos existentes para operação existente e atendimento de contratos com clientes. Para os exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, o Company em São Paulo/SP com uma unidade operacional. **Composição e movimentação dos bens imóveis de terceiros:** A Companhia e suas controladas possuem contrato de comodato de uso dos imóveis em Nova Odessa/SP e da sede da Companhia em São Paulo/SP com prazo indeterminado, sem custo algum para o locatário, que deverá, a propósito, pelo prazo de cinco anos, firmado em 2016. **9. Intangível: (a) Composição do saldo:** **Taxa anual de Amortização (%)**

Custo	2017	2016
Marcas e patentes	11	11
Direito de uso de software	20	3,470
Pesquisa e desenvolvimento	20	2,102
	50	5,583
Amortização acumulada: Direito de uso de software		(1.933) (1.432)
		(1.933) (1.432)
Total líquido		3.650 4.151

(*) Refere-se substancialmente a investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento de produtos adversidades de resíduos gerados pelos clientes da Companhia e suas controladas.

(b) Movimento do intangível

	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Pesquisa e desenvolvimento	Carteira de clientes	Ágio pago por expectativa de rentabilidade	Total
Custo						**Consolidado - 2018**
Saldos iniciais	14	3.449	800	2.470	58.953	65.686
Adições	–	–	2.302	–	–	2.302
Baixa pela venda empresa	(5)	–	–	–	–	(5)
Saldo final	9	3.471	2.102	2.470	58.953	67.003
Amortização acumulada						**Consolidado - 2018**
Saldos iniciais	–	(1.440)	–	(2.470)	(1.400)	(5.310)
Adições	–	(493)	–	–	–	(493)
Saldo final	–	(1.933)	–	(2.470)	(1.400)	(5.803)
Custo	9	3.471	2.102	2.470	58.953	67.006
(-) Amortização acumulada	–	(1.933)	–	(2.470)	(1.400)	(5.803)
	9	1.538	2.102	–	57.553	61.203
					Consolidado - 2016	
Custo	**Marcas e patentes**	**Direito de uso de software**	**Pesquisa e desenvolvimento**	**Carteira de clientes**	**Ágio pago por expectativa de rentabilidade**	**Total**
Saldos iniciais	14	2.328	800	2.470	58.953	63.865
Adições	–	1.123	–	–	–	1.123
Baixa pela venda empresa	(46)	–	–	–	–	(46)
Saldo final	14	3.449	800	2.470	58.953	65.686
Amortização acumulada						**Consolidado - 2016**
Saldos iniciais	–	(1.131)	–	(2.470)	(1.400)	(5.001)
Adições	–	(309)	–	–	–	(309)
Saldo final	–	(1.440)	–	(2.470)	(1.400)	(5.310)
Custo	14	3.449	800	2.470	58.953	65.686
(-) Amortização acumulada	–	(1.440)	–	(2.470)	(1.400)	(5.310)
	14	2.009	800	–	57.553	60.376

10. Empréstimos e financiamentos: 10.1.Composição

Modalidade	Encargos financeiros - % a.a.	Vencimento	Consolidado 2017 Circulante	2017 Não circulante	2016 Circulante	2016 Não circulante
Capital de giro		12,5 Novembro de 2020	25.443	36.791	22.628	31.915
Financiamento de investimento		11,9 Dezembro de 2022	9.706	15.802	10.045	21.852
Arrendamento mercantil financeiro		11,4 Dezembro de 2022	3.627	8.189	3.295	4.437
			38.776	60.782	35.968	58.204

(*) Custo médio anual ponderado efetivo de juros em 31/12/2017. **10.2.Descrição: (i) Capital de giro:** as operações de capital de giro são pré-fixadas com taxa média ponderada de 12,5% a.a., e vencimento de janeiro de 2018 até a novembro de 2025; **(ii) Financiamentos de investimentos (FINAME):** aquisição de veículos pesados e maquinários utilizados para a operação das controladas. Os contratos possuem taxa prefixada com média ponderada de 11,90% a.a., com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em dezembro de 2022; **(iii) Arrendamento mercantil financeiro:** contratos com taxa prefixada com média ponderada de 11,40% a.a., amortização mensal e vencimento da última parcela em dezembro de 2022. **10.3. Cronograma de pagamento das parcelas de passivo não circulante**

Ano de vencimento	Consolidado 2017	2016
2018	–	16.308
2019	21.041	13.398
2020	16.330	12.253
2021	7.667	7.127
2022	4.345	3.889
2023	3.889	3.889
a partir 2024	7.454	7.453
	60.726	64.907

10.4. Garantias: Os financiamentos com recursos do FINAME estão garantidos pelos bens financiados e foram captados essencialmente para constituição de frota de veículos para a operação das controladas. Estes financiamentos ocorrem por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os empréstimos para capital de giro estão garantidos por avais dos acionistas da Companhia.

11. Debêntures: 11.1.Composição

Debêntures	Consolidado 2017	2016
	8.814	7.523
	8.814	7.523

11.2. Emissão de debêntures: Em 05/12/2012, os membros do Conselho de Administração da controlada em conjunto com Descarte Certo em Assembleia Geral Extraordinária deliberaram e aprovaram a 1ª emissão de debêntures, privadas, escriturais e conversíveis em ações, em duas séries, sendo a primeira série no valor de R$7 milhões e a segunda série no valor de R$3 milhões perfazendo o montante de R$10 milhões. As 7.000 (sete mil) debêntures da 1ª série das debêntures perfazendo o total de R$7 milhões, os recursos captados foram destinados à construção e aquisições de novas unidades, pagamento de custos e despesas a elas relacionadas, capital de giro e outros obrigações. A remuneração pactuada para as debêntures é de TJLP, com prazo de pagamento firmado no vencimento, considerando que somente será devido o excedente dos valores originalmente pretendidos de serviços para a contraparte e debêntures S.A. Tal valor principal será devido em parcela única a ser adimplida em 10/12/2018.

12. Fornecedores

	Consolidado 2017 Circulante	Não circulante	2016 Circulante	Não circulante
Fornecedores operações racionais	4.599	6.524	2.948	6.524
	4.599	6.524	2.948	6.524

13. Impostos a recolher e tributos parcelados: 13.1. Composição:

	Consolidado 2017 Circulante	Não circulante	2016 Circulante	Não circulante
Imposto de Renda	95	–	3.914	–
Contribuição Social	30	–	245	–
IRRF	73	–	59	–
PIS	326	–	671	–
COFINS	1.503	–	3.668	–
ICMS	136	–	585	–
ISS	171	–	191	–
Outros tributos	4	–	10	–
Parcelamento Refis	909	5.063	839	5.607
	3.149	5.063	9.181	5.607

13.2. Parcelamento: Em 31/12/2017, o montante de R$ 909 (R$808 em 2016) encontra-se classificado no passivo circulante e R$ 5.063 (R$5.607 em 2016) no passivo não circulante, considerando o deferimento por parte da Receita Federal do Brasil (RFB). **Parcelamentos até o exercício findo em 31/12/2016:** Em 20/12/2013 e em 25/08/2014, a Companhia aderiu a Reabertura da Lei nº 11.941, de 2009 - que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SFR), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, a serem liquidados em até 180 meses. • Corresponde aos débitos parcelados conforme legislação anterior e homologados pela RFB e demais débitos em aberto até 31/12/2013, acrescidos de juros moratórios incidentes sobre o 60% sobre o valor de multa de mora: 20% sobre o valor da multa isolada; 25% sobre o total de juros e 100% sobre o total de encargos, conforme período pagto/pgto. • Conforme Portarias PGFN/RFB nº 15/2014 e 340/2014 as reciprocações em espécie, utilizados para liquidação dos 20% de antecipação devida no Refis a Cuja. **Parcelamento até o exercício findo em 31/12/2017: Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Lei nº 13.496/2017:** As controladas Ambiec, Geleil, Multiambiental e Brasil Ambiental aderiram ao PERT em 30/08/2017. Os saldos dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito do Procurador, foram parcelados em 150 vezes, sendo que o valor das parcelas nos 5 primeiros meses corresponde a 5% da dívida e o saldo restante em 145 parcelas. O Indice de correção das parcelas é a Selic. Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei nº 13.496/17 de 26/10/2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais de base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os efeitos da adesão ao PERT foram reconhecidos no período que ocorreu a consolidação da dívida para Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 2018.

	Ambiec Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Ambiec Receita Federal do Brasil	Geleil Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Geleil Receita Federal do Brasil	Brasil Ambiental Receita Federal do Brasil	Multiambiental Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Multiambiental Receita Federal do Brasil	Total
Valor Original	2.000	2.364	1.858	1.834	166	1.514	1.311	11.047
Juros e multas da dívida	1.904	8.088	1.859	502	108	–	1.428	38 – 13.977
Despesas Fiscal	–	(6.266)	–	–	(131)	–	–	(96) (277) (7.141)
Descontos (multas e juros)	(1.458)	(5.501)	(1.426)	(412)	(60)	–	(1.101)	– (9.978)
Total da Dívida	**2.446**	**2.285**	**2.265**	**1.087**	**22**	**1.501**	**23**	**69 9.937**
Amortização da dívida	(165)	(719)	(169)	(67)	(15)	(58)	(3)	(6) (1.242)
Saldo do Parcelamento	**2.281**	**1.566**	**2.096**	**990**	**212**	**1.371**	**(1)**	**– 8.489**

13.3. Cronograma de pagamento das parcelas do não circulante

Ano de vencimento	Consolidado 2017	2016
2018	–	3.560
2019	1.312	2.367
2020	373	–
2021	373	–
2022	373	–
a partir 2023	3.633	–
	5.063	5.927

14. Provisão para contingências: 14.1. Composição: Em 31/12/2017 e 2016 as provisões e os depósitos judiciais, relacionados e contingências:

	Consolidado 2017 Provisão	Depósitos judiciais	2016 Provisão	Depósitos judiciais
Contingências provisórias:				
Contingências trabalhistas e previdenciárias	3.235	3.235	3.114	3.114
	3.235	3.235	3.114	3.114

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos trabalhistas e previdenciários e cíveis, e está discutindo esses processos junto aos advogados internos e externos, sendo que, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais na maioria dos casos recursais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa de perda pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda seja provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **14.2. Movimentação da provisão para contingências:** A movimentação das provisões para contingências nos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado 2017	2016
Saldo em 31/12/2015	**3.117**	
(-) Diminuição	–	(5)
(-) Saldo em 31/12/2016	**3.114**	
(-) Aumento	121	3.120
(+) Saldo em 31/12/2017	**3.235**	

14.3. Natureza das contingências: As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a ventura decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. As cíveis referem-se a processos movidos por ex-clientes, fornecedores e parceiros vinculados à indenização de danos materiais decorrentes de relação comercial que existe com as controladas da Companhia. Em 31/12/2017 a Administração reavaliou os critérios de provisão para contingências de natureza trabalhista considerando o risco de perda em cada processo e passou a registrar o valor estimado de perda provável em cada ação litigiosa realizada nos processos. A Companhia e suas controladas possuem contingências classificadas como perda possível no montante de R$ 31/12/2017 no montante estimado pelos seus assessores jurídicos de R$ 6.308 (Em 31/12/2016 no montante de R$ 5.588). **14A. Confirmação de saldos:** A controlada Geleil moveu ações de danos e indenização há um exercício em virtude de recebeles inadimplentes sustentados pela prestação efetiva dos serviços e multa contratual de quatro de outubro de 2016 e 2017. Em 31/12/2017 da causa é de R$ 3.114, cuja estimativa avaliada pelos assessores jurídicos da controlada é de quatro de outubro de 2016. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Composição:** Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

Descrição	Consolidado 2017	2016	Controladora 2017	2016
Ativo			**Circulante**	
Mútuo (não circulante)				
Ambiec	–	2.043	–	2.043
Bioland	2.028	2.826	–	–
Brasil Ambiental	3.477	1.691	–	–
Geleil	51	–	–	–
Multiambiental	1.132	–	–	–
Planeta Ambiental	875	744	–	–
	7.563	**7.104**	–	**2.043**
	Consolidado 2017	**2016**	**Controladora 2017**	**2016**
Passivo			**Circulante**	
Dividendos a pagar				
Acionista controlador	389	–	389	–
Acionistas não controladores	87	–	87	–
	476	–	**476**	–
Mútuo (não circulante): Ambiec	32.331	43.131	–	–
Descarte Certo Manufatura	–	282	–	–
Descarte Certo Soluções	2.782	725	–	–
Geleil	8.705	6.155	–	–
Multiambiental	1.999	3.632	–	–
Suatrans	–	2.948	4.021	–
	45.817	**53.925**	**2.948**	**4.021**
Remuneração das pessoas-chave	–	**389**	**4.000**	**5.672**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: (a) Composição da despesa

	Consolidado 2017	2016
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(142)	(283)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.811	4.348
Despesa) imposto de renda	**1.669**	**4.065**

(b) Reconciliação da despesa de IR e CS

	Consolidado 2017	2016
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(24.676)	(25.066)
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes - 34%	(1.087)	(256)
Reconciliação: Equivalência patrimonial	2.765	2.679
Reconhecimento de IRPJ/CSSL diferido sobre prejuízo fiscal	–	7.196
Outros ajustes de diferenças temporárias e permanentes	233	(3.783)
Imposto de renda e contribuição social	**1.911**	**6.348**
Alíquota efetiva de IR e CS (%)	**(8,0)**	**(25,0)**

(c) Imposto de Renda e da Contribuição Social - Diferido: A Companhia atualizou o registro e apresenta o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo no limite de sua realização, que reflete os efeitos futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

	Consolidado 2017	2016
Saldo inicial - ativo, líquido do passivo	7.196	2.848
Realização no resultado	2.053	6.633
Compensação PERT	–	1.000
Outros movimentações - base de cálculo dos tributos	(563)	(85)
Saldo final - ativo, líquido do passivo	8.686	10.396

A Companhia mirgou para esta nova modalidade de parcelamento: O valor envolvido para atendimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R$ 7.166. **(e) Realização do IR e CS - Diferido**

	Consolidado 2017	2016
Ano 2017	–	2.000
2018	1.000	1.000
2019	520	1.000
2020	–	1.000
2021	–	1.000
2022	–	1.396
	1.520	7.396

22. Seguros: A cobertura de seguros é determinada de acordo com o direcionação cálculo de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio da empresa em caso de sinistro.

Seguradora	Ramo	Objeto	Importância Segurada	Vigência
Alianças Participações	Empresarial	Prédio e conteúdo escritório Nova Odessa	54.500	05/07/2018
Ambiec	Responsabilidade Civil Responsabilidade Civil Facultativa	Prestação de serviços em locais de terceiros	1.000	05/07/2018
Geleil	Por desapossamento de Carga - RCF-DC Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Carga - RCTR-C	Roubo da carga	1.000	26/08/2018
Geleil	Responsabilidade Civil Transportador Viagem Internacional - RCTR-VI	Acidente da carga	1.000	26/08/2018
Geleil	Responsabilidade Civil Geral	Cobertura da carga em viagens internacionais	500	26/08/2018

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa.

	Consolidado 2017	2016
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	7.854	37.143

24. Eventos subsequentes: Com a reapresentação das demonstrações contábeis, os eventos subsequentes foram extendidos até a presente, sendo os seguintes:

Item	Evento	Data	Descrição
1	A Companhia e suas controladas		Desde 2017, iniciaram as negociações e tratativas entre acionistas da SGA, e em janeiro de 2018, a Companhia adquiriu completamente 49% da participação, passando a ser única controladora dos negócios e operações da SGA no Brasil e no exterior, mediante pagamento de R$60.399.
2	Suatrans	janeiro/2018	A controlada Multiambiental foi vendida. Seus bens e direitos foram transferidos a título oneroso;
3	Bioland	janeiro/2018	A controlada Bioland foi vendida. Seus bens e direitos foram transferidos a título oneroso;
4	Brasil Ambiental	março/2018	Brasil Ambiental foi incorporada na investida Ambiec;
5	Ambiec	março/2018	Brasil Ambiental foi incorporada na investida Ambiec;

Item	Evento	Data	Descrição
6	A controlada Bioland foi vendida. Seus bens e direitos foram transferidos a título oneroso;	junho/ 2018	A controlada Bioland foi vendida. Seus bens e direitos foram transferidos a título oneroso;
7	Aquisição do controle da Ambiportal Holdings e Ambipar Response - Inglaterra;	outubro/2018	A Companhia adquiriu 100% das investidas Ambipar Holdings e Ambipar Response (novas denominações de Braemar Howells Consultancy Limited e Braemar Response Limited, respectivamente) pelo montante de 774.000 (setecentos e oitenta e quatro mil Libras Esterlinas), cuja atividade é de atendimento a emergência química na Europa.
8	Aquisição de controle da WGRA Gerenciamento e WGRA Operações;	outubro/2018	A Companhia adquiriu 100% das investidas WGRA Gerenciamento e WGRA Operações (mesmo apresentadas anteriormente como parte do investimento, são das mesma atividade de atendimento a emergências químicas), pelo montante de R$12.206.
9	Aquisição de controle da Almo Ambiental;	maio/2019	A Companhia adquiriu 100% da Almo, cuja atividade é de atendimento a emergências químicas, pelo montante de R$18.646.
10	Distrato social da ES Serviços Ambientais Ltda.	setembro/2019	Distrato social da ES Serviços Ambientais Ltda.
11	Captação de R$ 100.000 com a emissão de Debêntures	novembro/2019	A Companhia para fins de adequar e reorganizar seus fluxos financeiros com outras instituições, efetuou a captação de recurso por meio de emissão de debêntures.
12	Aquisição de controle da Ambipar USA	janeiro/2020	A controlada Energética S.A. adquiriu 100% da investida Ambipar Holding USA. INC (nova denominação de Allied Environmental Services, INC.) pelo montante de USD 7.486.726 (sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte e oito dólares), cuja atividade é de atendimento a emergências químicas nos Estados Unidos.

Contador: Thiago da Costa Silva - CRC SP 248945/O-1

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia")**, identificadas como individuais e consolidadas, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações, individual e consolidada, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** em 31/12/2017, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International counting Standard card*) **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, de acordo com tal normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Recebimento de receita:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 2.19 e nº 18, o recebimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando os aspectos de transferência de riscos e benefícios significativos dos bens ou serviços são prestados e reconhecidos pelo cliente. Considerando o volume de transações envolvidas, portfólio de serviços e produtos, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alto dependência de controles, bem como adequado dos controles internos determinados pela Companhia e suas controladas. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência ou de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas como base de nossa abordagem de auditoria significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação quanto à indução intencional de receitas, incluindo base de contratos com clientes em relação ao serviço a ser prestado e preço negociado; mediações relacionadas aos serviços prestados e de forma tempestiva de produtos; conferências dos registros contábeis; • Teste documental, em bases amostrais, de conferência de notas fiscais com medições de serviços realizados; • Teste de integridade de base de dados de receitas com os registros contábeis; • Testes independentes a lançamentos manuais realizados; • Procedimentos analíticos sobre receita, considerando: análise de indicadores-chave do negócio, prazo médio de recebimento de vendas, alinhamento de expectativas desenvolvidas em relação ao mercado; e • Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Baseados no resultado de auditoria obtidos nos processos de recebimento de receitas da receita da Companhia e suas controladas, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e julgamento, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequados, no contexto das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Avaliação de imparment ativo imobilizado e intangível, principalmente ágios com vida útil indefinida:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 e nº 9 das demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R$ 116.578 mil e R$ 61.212 mil, respectivamente, em 31/12/2017. A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados a suas operações mercantis das UGCs e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS38 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Já os demais ativos no caso de existirem, são revisados quanto a possíveis perdas decorrentes de imparment. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia realiza teste de imparment, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas de curto prazo e de longo prazo, como taxas de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação dos valores recuperáveis dos ativos, bem como a sensibilidade dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto aplicadas, que refletem expectativas de realização futura dos referidos ativos. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação quanto à indução intencional dos eventos que puderam trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos; • Utilização de profissionais especializados para auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliação quanto à adequação e metodologia usadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus especialistas externos contratados para elaboração dos relatórios de avaliação; • Confronto dos dados utilizados para o teste de imparment ativo com os dados corroborar se existiram premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, taxas de crescimento de perpetuidade, taxas de desconto, entre outros; • Avaliação das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas frente apropriadas; Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias adotadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outro modo, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International counting Standards card*) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas atividades, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nosso objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em grupo, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ação intencional de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, de modo a planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Entretanto, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas contro

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 12.648.266/0001-24

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

Mensagem da Administração: O Grupo Ambipar, fundado em 1995, possui atuação no Brasil e exterior, e um amplo portfólio de serviços ambientais, destacando-se principalmente pela valorização de resíduos e respostas a emergências ambientais, baseadas no princípio da sustentabilidade. Somos pioneiros em diversos produtos e serviços, além de uma referência no mercado principalmente no uso de tecnologias de ponta e em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Buscamos soluções customizadas às necessidades de cada cliente, visando sempre a implementação de novos tecnologia e novos processos que permitam tratar e valorizar os resíduos em sua origem, devolvendo-os, sempre que possível, como matéria-prima à cadeia produtiva, seguindo o conceito da Economia Circular. Em outras palavras, um relacionamento de longo prazo, pois oferecemos os clientes melhoram seus índices de sustentabilidade, poupam recursos financeiros e naturais importantes para a atual e as futuras gerações. Em 2018 completamos um período de aquisições estratégicas para consolidação do mercado nacional e internacional, estamos segmentados atualmente em dois planes - Ambipar Environment e Ambipar Response. • **Ambipar Environment:** atua na gestão total de resíduos, com ênfase na valorização apoiada em P&D! (Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação). A Environment elaboro projetos exclusivos, que atendem sob medida às necessidades dos clientes, ajudando-os a mantenere o foco em suas atividades fim, sempre tendo como base a segurança, a qualidade e a eficiência nos processos. Esses diferenciais, incluindo a gestão de pessoas, é que fazem a Environment conquistar novos clientes e ampliar, mas já existentes, o portfólio de serviços do Grupo Ambipar. • **Ambipar Response:** ocupa liderança no Brasil e com alta capilaridade no exterior, no segmento de atendimento emergencial, envolvendo acidentes com produtos químicos e poluentes, além de operações em ambientes confinados. Com equipes próprias e vasta abrangência geográfica, o que reflete em menor tempo de resposta. A Ambipar Response possui atualmente com mais de 150 bases operacionais, estrategicamente localizadas no território nacional e internacional, contando com viaturas e técnicos de formação multidisciplinar, tais como: químicos, engenheiros de diversas especialidades e biólogos. Outro diferencial é a sua Central Internacional de Atendimento a Emergência CDG 0800-172029 (CCCDE) com atendimento em português, inglês e espanhol, disponível que opera 24 horas por dia, com backup de telefonia e energia. A Ambipar Response oferece serviços em prevenção de acidentes, treinamentos e resposta a emergências. Disponibilizamos o maior e mais completo campo de treinamento multisensorial com produtos perigosos da América Latina localizado no município de Nova Odessa, estado de São Paulo, Brasil, além de mais 2 unidades localizadas no Chile e Peru. O modelo de negócios da Ambipar permite que a Companhia consiga atingir altas taxas de crescimento orgânico, sem necessidade de grandes aportes de capital investido, atuando de acordo com as regras de compliance e responsabilidade socioambiental. Afinal, para nós, sustentabilidade não é apenas um discurso, é nosso dia a dia.

NOSSOS PRINCÍPIOS

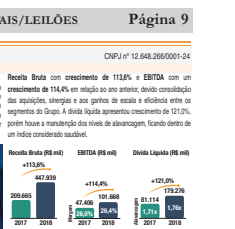
- **MISSÃO:** Contribuir para que as empresas e a sociedade sejam sustentáveis, preservando o meio ambiente e gerando lucros.
- **VISÃO:** Sermos reconhecidos como referência global em soluções ambientais integradas, com o foco do cliente.
- **VALORES:** Acreditar e fazer acontecer; empreendedorismo, profissionalismo, inovação e sustentabilidade.

ONDE ESTAMOS

O Grupo Ambipar, orientado em duas vertentes estratégicas e complementares, Environment e Response, destaca-se pela capilaridade e pela forte atuação em alvia com mais de 10.000 clientes, infraestrutura mundial e equipe de PD&I em constante desenvolvimento de produtos e soluções.
Atualmente, o Grupo Ambipar está presente em mais de 15 países, fornecendo serviços e soluções para os seus clientes.
A empresa, além o presente momento, já realizou operações em mais de 55 países no mundo.

NOSSA META

O Grupo Ambipar com a perspectiva favorável para o cenário internacional e brasileiro principalmente nos dois segmentos em que os clientes do grupo operam, pretende impulsionar seu crescimento em aberturas de novas bases no mundo, ampliação da sua força comercial e investimento contínuo no aprimoramento da Ambipar Environment e Ambipar Response.



DESTAQUES FINANCEIROS

Com relação ao desempenho financeiro do período, podemos destacar:

Receita Bruta com crescimento de **113,8%** e **EBITDA** com um **crescimento de 114,4%** em relação ao ano anterior, devido consolidação das aquisições, sinergias e aos ganhos de escala e eficiência entre os segmentos do Grupo. A dívida líquida apresentou crescimento de 121,0%, porém houve a manutenção dos níveis de alavancagem, ficando dentro de um índice considerado saudável.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos os nossos clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2018.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		**2.129**	**2.846**	**166.489**	**61.903**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.005	3	21.834	27.205
Contas a receber	5	–	–	92.405	22.141
Impostos a recuperar	6	70	–	15.607	7.279
Dividendos a receber	15	–	–	425	–
Outras contas a receber	8	–	2.044	15.138	5.278
Não circulante		**348.508**	**218.774**	**211.883**	**216.332**
Partes relacionadas	15	28.256	7.563	549	–
Contas a receber	5	–	–	6.218	5.369
Impostos a recuperar	6	–	–	20.310	8.915
R e CS diferidos	21	–	–	14.060	1.520
Depósitos judiciais	14	–	–	4.426	4.345
Outras contas a receber		–	–	797	–
Investimentos em controladas		7.316.652	211.211	–	18.393
Imobilizado	9	–	–	140.956	116.578
Intangível	9	–	–	126.567	61.212
Total do ativo		**347.608**	**220.833**	**457.292**	**278.235**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		**9.912**	**4.385**	**126.597**	**56.715**
Empréstimos e financiamentos	10	8.836	3.889	68.631	38.776
Debêntures	11	–	–	1.247	–
Fornecedores	12	–	–	20.154	4.599
Salários e encargos sociais a pagar	–	–	–	16.282	8.289
Impostos a recolher	13	–	–	17.976	3.169
Dividendos a pagar	15	476	476	476	476
Outras contas a pagar	–	–	–	821	1.406
Não circulante		**166.792**	**76.449**	**149.129**	**81.526**
Empréstimos e financiamentos	10	53.279	26.898	52.718	40.726
Debêntures	11	–	–	7.514	8.817
Impostos a recolher	13	–	–	8.394	5.063
Partes relacionadas	15	107.635	45.837	241	2.948
Provisão para perdas com investimentos	7	5.838	3.734	–	–
R e CS diferido	–	–	–	2.124	–
Provisão para contingências	14	–	–	4.605	3.235
Outras contas a pagar	–	–	–	–	–
e provisões diversas		–	–	3.524	737
Patrimônio líquido		**170.972**	**139.999**	**181.585**	**139.994**
Capital social		167.192	67.192	67.192	67.192
Reservas de Lucros		16.102.805	71.896	102.805	71.896
Ajuste acumulado de conversão		975	901	975	901
Atribuível ao controladores		170.972	139.989	170.972	139.989
Participação dos acionistas não controladores		–	–	10.613	5
Total do passivo e patrimônio líquido		**347.608**	**220.833**	**457.292**	**278.235**

Demonstrações do resultados do exercício

	Nota	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas		–	–	**384.516**	**182.071**
Receitas de mercadoria, produtos e serviços	19	–	–	384.516	182.071
Custo dos serviços prestados	19	–	–	(299.867)	(153.405)
Lucro bruto		–	–	**84.649**	**28.666**
Despesas/ receitas operacionais					
Receitas Administrativas	19	–	–	(26.285)	(14.613)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	42.688	8.479	–	8.249
	19	(750)	993	(958)	(427)
		41.940	**9.442**	**(27.243)**	**(6.791)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**41.940**	**9.442**	**58.105**	**21.875**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	20	(5.508)	(4.436)	(32.348)	(19.901)
Receitas financeiras	20	567	–	6.550	1.222
		(5.468)	**(4.436)**	**(25.798)**	**(18.679)**
Lucro líquido do exercício antes do IR e da CSS		**36.442**	**5.006**	**32.089**	**3.197**
IR e CS - Corrente	21	–	–	(5.657)	(142)
IR e CS - Diferido	21	–	–	(2.111)	2.053
Lucro líquido do exercício		**36.442**	**5.006**	**24.321**	**5.108**
Atribuível a:					
Controladores				36.442	5.006
Não controladores				2.121	102
Quantidade de ações do capital social no fim do período		69.200.254	69.200.254		
Lucro líquido por ação ON - em R$		**0,53**	**0,07**		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	**36.442**	**5.006**	**36.163**	**5.108**
Ajuste de conversão de balanço de controladas no exterior	74	751	74	751
Outros resultados abrangentes	**36.516**	**5.757**	**36.237**	**5.859**
Controladores	36.516	5.757	36.516	5.757
Não controladores	–	–	2.721	102

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros Reserva legal	Reservas de Lucros Reserva de aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Lucros líquidos/ prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**50.692**	**4.186**	**66.380**	**150**	–	**-**	**123.408**	**302**	**123.710**
Aumento de capital social	16.500	–	–	–	–	–	16.500	–	16.500
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(399)	(399)
Distribuição de reservas de lucros	–	–	(920)	–	(4.280)	(5.200)	–	–	(5.200)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.006	5.006	–	102	5.108
Outros resultados abrangentes (Ajuste de conversão de balanço)	–	–	–	751	–	751	–	–	751
Destinação do lucro									
Reserva legal	250	–	–	–	(250)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	(476)	(476)	–	–	(476)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**67.192**	**4.436**	**67.460**	**901**	–	**139.989**	–	**139.994**
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	–	7.867	7.867
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	(5.533)	(5.533)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	36.442	36.442	2.721	39.163
Outros resultados abrangentes (Ajuste de conversão de balanço)	–	–	–	74	–	74	–	74
Destinação do lucro								
Reserva legal	–	–	1.822	–	(1.822)	–	–	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	29.087	–	(29.087)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**67.192**	**4.258**	**98.547**	**975**	**-170.972**	**10.613**	**181.585**	**-**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e da CSS	**36.442**	**5.006**	**32.089**	**3.197**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do IR e CS ao caixa gerado pelas (aplicado nas) operações:				
Depreciações e amortizações	–	–	43.563	25.530
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(293)	36
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	–	–	3.954	5.143
Provisão para contingências	–	–	(1.680)	121
Valor residual baixado na alienação de investimento	4.341	(963)	4.341	(963)
Equivalência patrimonial	(42.688)	(8.479)	–	(8.249)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e variação cambial	4.776	4.424	16.942	14.556
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	(26.198)	(2.074)
Impostos a recuperar	(70)	–	(9.673)	(8.031)
Outras contas a receber	2.039	(2.041)	(2.571)	(2.606)
Depósitos judiciais	–	–	2.090	(353)
Fornecedores	–	–	3.757	(1.951)
Salários e encargos sociais	–	–	533	1.101
Impostos a recolher	–	–	2.623	314
Outras contas a pagar	–	–	(680)	(1.182)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**4.840**	**(2.053)**	**68.897**	**26.129**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.776)	(4.428)	(18.276)	(13.496)
IR e CS pagos	–	–	(5.657)	(142)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**63**	**(6.481)**	**45.574**	**12.491**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	10.000	5.228	10.000	5.228
Caixa dependido para aquisições de empresas, líquido do caixa recebido	(76.346)	–	(76.346)	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	–	–	(20.761)	(5.627)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**(66.346)**	**5.228**	**(87.107)**	**(399)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	– 16.500		16.500	
Pagamento de dividendos	(5.533)	(5.200)	(5.533)	(5.200)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**63**	**(6.481)**	**45.574**	**12.491**
Partes relacionadas	41.105	(6.547)	(7.325)	970
Captações de empréstimos e financiamentos	36.104	–	84.278	15.555
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.343)	(4.489)	(25.258)	(24.477)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades financeiras	**68.333**	**(1.736)**	**36.162**	**3.348**
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**2.050**	**(2.988)**	**(5.371)**	**15.440**
No início do exercício	5	2.994	27.205	11.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.055	5	21.834	27.205
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**2.050**	**(2.988)**	**(5.371)**	**15.440**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	–	–	428.541	205.687
Outras receitas	–	–	19.398	3.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	–	–	(293)	36
	–	–	**447.646**	**209.702**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(3.112)	963	(138.822)	(69.159)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	–	–	–	–
	(3.112)	**963**	**(138.822)**	**(69.159)**
Valor adicionado líquido produzido	**(3.112)**	**963**	**308.825**	**140.542**
Depreciação, amortização e exaustão	–	–	(43.564)	(25.530)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(3.112)**	**963**	**265.261**	**115.012**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	42.688	8.479	–	8.133
Outras receitas/despesas	2.272	–	3.303	1.719
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	10	–	6.332	1.223
	45.962	**8.479**	**9.635**	**11.075**
Remuneração Direta	–	–	103.770	47.452
Benefícios	–	–	16.825	11.882
FGTS	–	–	7.075	3.835
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	661	–	60.705	28.849
Estaduais	–	–	6.530	3.712
Municipais	–	–	10.840	5.899
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	4.847	4.436	30.178	19.344
Remuneração próprios				
Juros sobre capital próprio e dividendos	5.533	4.756	5.533	4.756
Lucros retidos	30.909	250	30.909	250
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	2.121	102
	41.950	**9.442**	**274.696**	**126.080**

Demonstrações do fluxos de caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e da CSS	**36.442**	**5.006**	**32.089**	**3.197**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do IR e CS ao caixa gerado pelas (aplicado nas) operações:				
Depreciações e amortizações	–	–	43.563	25.530
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(293)	36
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	–	–	3.954	5.143
Provisão para contingências	–	–	(1.680)	121
Valor residual baixado na alienação de investimento	4.341	(963)	4.341	(963)
Equivalência patrimonial	(42.688)	(8.479)	–	(8.249)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e variação cambial	4.776	4.424	16.942	14.556
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	(26.198)	(2.074)
Impostos a recuperar	(70)	–	(9.673)	(8.031)
Outras contas a receber	2.039	(2.041)	(2.571)	(2.606)
Depósitos judiciais	–	–	2.090	(353)
Fornecedores	–	–	3.757	(1.951)
Salários e encargos sociais	–	–	533	1.101
Impostos a recolher	–	–	2.623	314
Outras contas a pagar	–	–	(680)	(1.182)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**4.840**	**(2.053)**	**68.897**	**26.129**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.776)	(4.428)	(18.276)	(13.496)
IR e CS pagos	–	–	(5.657)	(142)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**63**	**(6.481)**	**45.574**	**12.491**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	10.000	5.228	10.000	5.228
Caixa dependido para aquisições de empresas, líquido do caixa recebido	(76.346)	–	(76.346)	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	–	–	(20.761)	(5.627)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**(66.346)**	**5.228**	**(87.107)**	**(399)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	– 16.500		16.500	
Pagamento de dividendos	(5.533)	(5.200)	(5.533)	(5.200)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**63**	**(6.481)**	**45.574**	**12.491**
Partes relacionadas	41.105	(6.547)	(7.325)	970
Captações de empréstimos e financiamentos	36.104	–	84.278	15.555
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.343)	(4.489)	(25.258)	(24.477)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades financeiras	**68.333**	**(1.736)**	**36.162**	**3.348**
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**2.050**	**(2.988)**	**(5.371)**	**15.440**
No início do exercício	5	2.994	27.205	11.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.055	5	21.834	27.205
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**2.050**	**(2.988)**	**(5.371)**	**15.440**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros Reserva legal	Reservas de Lucros Reserva de aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Lucros líquidos/ prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**50.692**	**4.186**	**66.380**	**150**	–	**-**	**123.408**	**302**	**123.710**
Aumento de capital social	16.500	–	–	–	–	–	16.500	–	16.500
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(399)	(399)
Distribuição de reservas de lucros	–	–	(920)	–	(4.280)	(5.200)	–	–	(5.200)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.006	5.006	–	102	5.108
Outros resultados abrangentes (Ajuste de conversão de balanço)	–	–	–	751	–	751	–	–	751
Destinação do lucro									
Reserva legal	250	–	–	–	(250)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	(476)	(476)	–	–	(476)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**67.192**	**4.436**	**67.460**	**901**	–	**139.989**	–	**139.994**
Participação dos não controladores	–	–	–	–	–	–	7.867	7.867
Distribuição de lucros	–	–	–	–	–	–	(5.533)	(5.533)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	36.442	36.442	2.721	39.163
Outros resultados abrangentes (Ajuste de conversão de balanço)	–	–	–	74	–	74	–	74
Destinação do lucro								
Reserva legal	–	–	1.822	–	(1.822)	–	–	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	29.087	–	(29.087)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**67.192**	**4.258**	**98.547**	**975**	**-170.972**	**10.613**	**181.585**	**-**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	–	–	428.541	205.687
Outras receitas	–	–	19.398	3.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	–	–	(293)	36
	–	–	**447.646**	**209.702**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(3.112)	963	(138.822)	(69.159)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	–	–	–	–
	(3.112)	**963**	**(138.822)**	**(69.159)**
Valor adicionado líquido produzido	**(3.112)**	**963**	**308.825**	**140.542**
Depreciação, amortização e exaustão	–	–	(43.564)	(25.530)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(3.112)**	**963**	**265.261**	**115.012**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	42.688	8.479	–	8.133
Outras receitas/despesas	2.272	–	3.303	1.719
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	10	–	6.332	1.223
	45.962	**8.479**	**9.635**	**11.075**
Remuneração Direta	–	–	103.770	47.452
Benefícios	–	–	16.825	11.882
FGTS	–	–	7.075	3.835
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	661	–	60.705	28.849
Estaduais	–	–	6.530	3.712
Municipais	–	–	10.840	5.899
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	4.847	4.436	30.178	19.344
Remuneração próprios				
Juros sobre capital próprio e dividendos	5.533	4.756	5.533	4.756
Lucros retidos	30.909	250	30.909	250
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	2.121	102
	41.950	**9.442**	**274.696**	**126.080**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	–	–	**384.516**	**182.071**
Receitas de mercadoria, produtos e serviços	–	–	384.516	182.071
Custo dos serviços prestados	–	–	(299.867)	(153.405)
Lucro bruto	–	–	**84.649**	**28.666**
Despesas/ receitas operacionais				
Receitas Administrativas	–	–	(26.285)	(14.613)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42.688	8.479	–	8.249
	(750)	993	(958)	(427)
	41.940	**9.442**	**(27.243)**	**(6.791)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**41.940**	**9.442**	**58.105**	**21.875**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(5.508)	(4.436)	(32.348)	(19.901)
Receitas financeiras	567	–	6.550	1.222
	(5.468)	**(4.436)**	**(25.798)**	**(18.679)**
Lucro líquido do exercício antes do IR e da CSS	**36.442**	**5.006**	**32.089**	**3.197**
IR e CS - Corrente	–	–	(5.657)	(142)
IR e CS - Diferido	–	–	(2.111)	2.053
Lucro líquido do exercício	**36.442**	**5.006**	**24.321**	**5.108**
Atribuído a:				
Controladores			36.442	5.006
Não controladores			2.721	102
Quantidade de ações do capital social no fim do período	69.200.254	69.200.254		
Lucro líquido por ação ON - em R$	**0,53**	**0,07**		

Demonstrações do fluxos de caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e da CSS	**36.442**	**5.006**	**32.089**	**3.197**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do IR e CS ao caixa gerado pelas (aplicado nas) operações:				
Depreciações e amortizações	–	–	43.563	25.530
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(293)	36
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienado	–	–	3.954	5.143
Provisão para contingências	–	–	(1.680)	121
Valor residual baixado na alienação de investimento	4.341	(963)	4.341	(963)
Equivalência patrimonial	(42.688)	(8.479)	–	(8.249)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e variação cambial	4.776	4.424	16.942	14.556
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	(26.198)	(2.074)
Impostos a recuperar	(70)	–	(9.673)	(8.031)
Outras contas a receber	2.039	(2.041)	(2.571)	(2.606)
Depósitos judiciais	–	–	2.090	(353)
Fornecedores	–	–	3.757	(1.951)
Salários e encargos sociais	–	–	533	1.101
Impostos a recolher	–	–	2.623	314
Outras contas a pagar	–	–	(680)	(1.182)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	**4.840**	**(2.053)**	**68.897**	**26.129**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.776)	(4.428)	(18.276)	(13.496)
IR e CS pagos	–	–	(5.657)	(142)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**63**	**(6.481)**	**45.574**	**12.491**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	10.000	5.228	10.000	5.228
Caixa dependido para aquisições de empresas, líquido do caixa recebido	(76.346)	–	(76.346)	–
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	–	–	(20.761)	(5.627)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**(66.346)**	**5.228**	**(87.107)**	**(399)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	– 16.500		16.500	
Pagamento de dividendos	(5.533)	(5.200)	(5.533)	(5.200)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**63**	**(6.481)**	**45.574**	**12.491**
Partes relacionadas	41.105	(6.547)	(7.325)	970
Captações de empréstimos e financiamentos	36.104	–	84.278	15.555
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.343)	(4.489)	(25.258)	(24.477)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades financeiras	**68.333**	**(1.736)**	**36.162**	**3.348**
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**2.050**	**(2.988)**	**(5.371)**	**15.440**
No início do exercício	5	2.994	27.205	11.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.055	5	21.834	27.205
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**2.050**	**(2.988)**	**(5.371)**	**15.440**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	–	–	428.541	205.687
Outras receitas	–	–	19.398	3.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	–	–	(293)	36
	–	–	**447.646**	**209.702**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(3.112)	963	(138.822)	(69.159)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	–	–	–	–
	(3.112)	**963**	**(138.822)**	**(69.159)**
Valor adicionado líquido produzido	**(3.112)**	**963**	**308.825**	**140.542**
Depreciação, amortização e exaustão	–	–	(43.564)	(25.530)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(3.112)**	**963**	**265.261**	**115.012**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	42.688	8.479	–	8.133
Outras receitas/despesas	2.272	–	3.303	1.719
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	10	–	6.332	1.223
	45.962	**8.479**	**9.635**	**11.075**
Remuneração Direta	–	–	103.770	47.452
Benefícios	–	–	16.825	11.882
FGTS	–	–	7.075	3.835
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	661	–	60.705	28.849
Estaduais	–	–	6.530	3.712
Municipais	–	–	10.840	5.899
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	4.847	4.436	30.178	19.344
Remuneração próprios				
Juros sobre capital próprio e dividendos	5.533	4.756	5.533	4.756
Lucros retidos	30.909	250	30.909	250
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	2.121	102
	41.950	**9.442**	**274.696**	**126.080**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas	–	–	**384.516**	**182.071**
Receitas de mercadoria, produtos e serviços	–	–	384.516	182.071
Custo dos serviços prestados	–	–	(299.867)	(153.405)
Lucro bruto	–	–	**84.649**	**28.666**
Despesas/ receitas operacionais				
Receitas Administrativas	–	–	(26.285)	(14.613)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42.688	8.479	–	8.249
	(750)	993	(958)	(427)
	41.940	**9.442**	**(27.243)**	**(6.791)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**41.940**	**9.442**	**58.105**	**21.875**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(5.508)	(4.436)	(32.348)	(19.901)
Receitas financeiras	567	–	6.550	1.222
	(5.468)	**(4.436)**	**(25.798)**	**(18.679)**
Lucro líquido do exercício antes do IR e da CSS	**36.442**	**5.006**

(Conclusão)

Controladas (Diretas): Patrimônio líquido em 31/12/2017 | Patrimônio líquido em 31/12/2018 | Percentual (%) - 2018

Ambiec	104.554	146.293	100
Brasil Ambiental	31.327	–	100
Getel	9.190	9.386	100
Planeta Ambiental	294	582	100
Descarte Soluções	(2.447)	(4.437)	51
Bioland	(1.287)	–	100
Multiambiental	6.581	–	100
3GA	36.068	48.541	100
WGRA Gerenciamento	–	6.207	100
WGRA Operações	–	(2.841)	100
Ambipar Response	–	1.609	100
Ambipar Howells	–	(737)	100

7.3. Movimentação dos investimentos em controladas

	Saldo em 31/12/2017						Saldo em 31/12/2018	
Controladas	Provisão para perdas com investimentos	Investimento	Adições	Variação cambial no exterior	Incorporação e investimentos	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas com investimentos	Investimento
Ambiec	104.554	–	–	–	31.118	–	10.621	146.293	–
Brasil Ambiental (a)	31.327	–	–	–	(31.118)	–	(209)	–	–
Getel	9.190	–	–	–	–	–	196	–	9.386
Planeta Ambiental	294	–	–	–	–	–	288	582	–
Descarte Soluções	–	(2.447)	–	–	–	–	187	–	(2.260)
Bioland (b)	–	(1.287)	–	–	1.419	–	(132)	–	–
Multiambiental (c)	6.581	–	–	–	(6.496)	–	(85)	–	–
3GA	18.395	–	16.659	(7)	–	(10.000)	23.494	48.541	–
WGRA Gerenciamento	–	–	2.851	–	–	–	356	6.207	–
WGRA Operações	–	–	(2.327)	–	–	–	(514)	–	(2.841)
Ambipar Response	–	–	(1.716)	82	736	–	2.507	6.609	(737)
Ambipar Howells	–	–	(736)	–	–	–	(1)	–	(737)
	170.341	(3.734)	16.731	74	(4.341)	(10.000)	42.989	217.938	(3.838)

(a) Em 31/03/2018 a empresa Brasil Ambiental foi incorporada na investidora Ambiec. (b) Em 2/08/2018 a controlada Bioland foi baixada no sistema. Seus bens e direitos foram transferidos a filiais onerosas. (c) Em 31/01/2018 a controlada Multiambiental foi vendida. Seus bens e direitos foram transferidos a título oneroso.

	Saldo em 31/12/2016						Saldo em 31/12/2017	
Controladas	Provisão para perdas com investimentos	Investimento	Adições	Variação cambial no exterior	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas com investimentos	Investimento
Ambiec	100.608	–	–	–	3.868	–	104.554	–
Brasil Ambiental	33.081	–	–	–	(1.754)	–	31.327	–
Getel	10.503	–	–	–	(1.313)	–	9.190	–
Planeta Ambiental	312	–	–	–	(18)	–	294	–
Descarte Soluções	–	(2.607)	–	–	160	–	–	(2.447)
Bioland	–	(1.410)	–	–	123	–	–	(1.287)
Multiambiental	7.438	–	–	–	(857)	–	6.581	–
	152.000	(4.017)	–	–	1.209	–	151.946	(3.734)
Controladas em conjunto: 3GA	14.023	–	–	–	4.372	–	18.395	–
Avangard	–	(954)	954	–	–	–	–	–
	14.023	(954)	954	–	4.372	–	18.395	–
	166.022	(4.971)	954	–	5.581	–	170.341	(3.734)

(*) Considerando o montante dos dividendos apurados nas investidas, líquido de abscisão de prejuízos acumulados existentes e após a constituição da reserva legal e demais destinações obrigatórias de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (LSA). Mesmo assim, para os casos de investimentos em empresas de responsabilidade limitada, os dividendos somente serão propostos e pagos após a deliberação dos sócios, conforme determina os respectivos contratos sociais. **7.4. Composição dos ágios com expectativa de rentabilidade futura: Consolidado**

Composição do ágio:	2018	2017	2016	2015
Getel	4.794	4.794	4.794	4.794
SOB Cotec	6.938	6.938	6.938	6.938
Descarte Certo Serviços e Soluções	3.302	3.302	19.984	19.984
Multiambiental	15.987	15.987	15.987	15.987
3GA	52.337	9.068	52.337	9.068
Avangard	781	781	781	781
Braesar Response e Howells	5.520	5.520	5.520	–
WGRA Gerenciamento e Operações	9.395	9.395	9.395	–
Ecoeste Produtos para Proteção Ambiental S.A.	–	2.575	–	–
Serviços de Capacitação TOK S.A.	–	166	–	–
	99.054	58.526	116.436	57.552

Conforme Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio com expectativa de rentabilidade futura foi registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade de controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na Controladora. Já no balanço individual da Controladora, o ágio foi reclassificado para o subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição das controladas. O ágio decorrente da aquisição de controladas relativas (indiretas) foi registrado no investimento direto na Controladora e agregado no Consolidado, como no demais ágios mencionados acima, na rubrica de Ativo Intangível, demonstramos, a seguir, a movimentação dos ágios no exercício de 2018:

Movimentação	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Saldos iniciais	58.526	116.436	57.552	116.436
Aquisição da WGRA Gerenciamento e Operações	9.395	–	9.395	–
Aquisição da Braesar Response e Howells	5.520	–	5.520	–
Aquisição da 3GA	43.269	–	43.269	–
Ecoeste Produtos para Proteção Ambiental S.A.	–	2.575	–	–
Serviços de Capacitação TOK S.A.	–	166	–	–
Saldos finais	116.710	119.177	115.736	116.436

(a) Teste de integridade para verificação de impairment: O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ágios são alocados e são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fim de teste do impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda no demonstrativo dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. A Companhia utilizou o método do valor em uso para a realização do teste de impairment. Para todas as UGCs foram considerados 5 anos de projeção, com o crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela administração e refletindo a melhor estimativa da Companhia. Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), sendo calculado através do método CAPM (*capital Asset ricing ode*) e que ainda considera diversos componentes de financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades. Como resultado do teste de impairment, em 31/12/18 e 2017, não foram identificadas perdas para UGCs e os ágios registrados na Companhia.

8. Imobilizado: (a) Composição e movimentação: As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2018 - consolidado									
Custo	Aterros sanitários	Equipamentos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Obras em andamento	Arrendamento mercantil	Total
Saldo inicial	48.662	392	69.756	2.019	881	80.407	1.622	10.745	–	214.484
Transferências	–	–	69	85	–	–	(69)	(85)	–	–
Adições	454	1	300	16.313	91	213	38.090	123	3.480	527
Baixas	–	–	–	(7.009)	(3)	–	(1.618)	(1.209)	(1.169)	–
Acervo inicial compra	–	904	53	23.145	1.350	1.036	17.191	448	1.955	969
Baixa pela venda empresa	–	–	–	(1.782)	(84)	(41)	(3.944)	(717)	–	–
Variação cambial	–	–	–	547	–	–	1.308	–	–	–
Saldo	**49.116**	**938**	**814**	**101.035**	**3.400**	**2.097**	**119.527**	**1.404**	**10.486**	**1.496**
Depreciação acumulada										
Saldo inicial	(4.947)	–	(234)	(37.545)	(1.872)	(635)	(51.057)	(994)	–	(622)
Transferências	(622)	–	–	–	–	–	–	–	–	(622)
Adições	(546)	(94)	(55)	(23.029)	(156)	(278)	(17.243)	(246)	–	(2.261)
Baixas	–	–	–	5.276	–	–	1.545	–	–	–
Acervo inicial compra	–	(478)	(30)	(16.184)	(1.027)	(641)	(9.544)	(172)	–	(177)
Baixa pela venda empresa	–	–	–	898	59	36	3.525	437	–	–
Variação cambial	–	–	–	(476)	(7)	(8)	149	–	–	–
Saldo	**(6.115)**	**(596)**	**(319)**	**(71.058)**	**(3.001)**	**(1.525)**	**(72.618)**	**(975)**	**–**	**(2.831)**
Custo	49.116	938	814	101.035	3.400	2.097	119.527	1.404	10.486	1.496
(–) Depreciação e amortização	(6.115)	(596)	(319)	(71.058)	(3.001)	(1.525)	(72.618)	(975)	–	(2.831)
	43.001	**342**	**495**	**29.977**	**399**	**572**	**46.909**	**429**	**10.486**	**(1.335)**

	2017 - consolidado									
Custo	Aterros sanitários	Equipamentos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em benfeitorias em propriedades de terceiros	Obras em andamento	Arrendamento mercantil	Total
Saldo inicial	46.811	406	68.616	2.012	881	85.038	1.612	9.889	–	215.091
Adições	2.047	3	3.598	33	29	4.052	12	1.198	–	11.955
Baixas	–	–	(2.360)	(10)	(9)	(8.650)	–	(1.321)	–	(12.350)
Baixa pela venda empresa	–	(16)	(82)	(10)	(42)	(130)	(12)	(20)	–	(312)
Saldo	**48.858**	**393**	**69.772**	**2.025**	**861**	**80.310**	**1.612**	**10.745**	**–**	**214.484**
Depreciação acumulada										
Saldo inicial	(4.466)	(197)	(28.019)	(1.830)	(567)	(43.711)	(1.338)	–	–	**(80.128)**
Transferências	–	–	–	–	–	–	622	–	–	(622)
Adições	(550)	(40)	(11.196)	(51)	(69)	(12.631)	(290)	–	–	**(25.047)**
Baixas	67	–	1.617	3	5	5.405	–	–	–	7.096
Baixa pela venda empresa	–	–	82	10	42	91	17	–	–	242
Saldo	**(4.949)**	**(237)**	**(37.545)**	**(1.872)**	**(589)**	**(51.046)**	**(994)**	**–**	**(622)**	**(97.860)**
Custo	48.858	393	69.756	2.020	881	80.406	1.612	10.745	–	**214.484**
(–) Depreciação e amortização	(4.949)	(237)	(37.545)	(1.872)	(589)	(51.046)	(994)	–	(622)	**(97.860)**
	43.909	**156**	**32.211**	**148**	**292**	**29.360**	**618**	**10.745**	**(622)**	**116.624**

(b) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização são demonstradas a seguir:

Ativos	Vida útil (anos)	Taxa média ponderada anual (%)
Edificações	10 a 25	8,00
Expansão aterros (*)	2 a 12	24,17
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 10	17,89
Embarcações	20	5,00
Ferramentas	3 a 10	12,5
Informática	2 a 10	21,53
Instalações	3 a 20	18,00
Máquinas e equipamentos	2,5 a 10	18,63
Móveis e utensílios	4 a 10	11,67
Veículos	2,5 a 5	24,22
Licença de uso de software	2 a 5	24,00
Software	5	20,00

(*) A Companhia possui dois aterros localizados nas cidades de Araçoiaba/ES e Guarulhos/SP. **(c) Bens dados em garantia:** Em 31/12/2018, o montante de R$ 54.965 (R$ 37.328 em 2017) é representado pelos bens integrantes do ativo imobilizado nas classes de veículos (representado basicamente por caminhões), máquinas, aparelhos e equipamentos, que são as garantias dos respectivos financiamentos na modalidade de FINAME e Arrendamento Mercantil. **(d) Impairment (imobilizado e intangível):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, ou operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e para o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão de impairment ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise anual de redução ao valor recuperável (impairment) independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso baseia-se no modelo de fluxo de caixa descontado, considerando duas UGCs: ambiental e energética. As premissas do crescimento do negócio são baseadas no orçamento anual para 2018 e projeções de longo prazo de suas controladas. Os fluxos de caixa futuros são estimados para horizontes baseados na expectativa de custo médio ponderado de capital. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo. Os valores atribuídos a elas representam a avaliação da Administração das tendências futuras e são baseados em dados históricos de fontes externas e internas. O EBITDA estimado foi projetado considerando os histórico e as previsões como segue a seguir: • Aterros: para das UGCs incluem perspectiva de serviço. O crescimento das receitas foi projetado considerando a retomada da economia e, aumentos/reajustes de preços com base em estimativa de inflação; • Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico das UGCs e as tendências de mercado e a expectativa de ganhos de escala e eficiência em estrutura; • As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção de ativo-estrutura, máquinas, equipamentos e veículos realizados para operação contínua e atendimento aos contratos com clientes; • Para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil. **(e) Comodato – Benfeitorias em imóveis de terceiros:** A Companhia e suas controladas possuem contrato de comodato de imóveis onde foram realizadas benfeitorias de caráter permanente em São Paulo/SP com uma empresa relacionada do Grupo Ambipar, que detém a propriedade, pelo prazo de cinco anos, firmado em 2015.

9. Intangível: (a) Composição do saldo

	Taxa anual de Amortização (%)	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Custo		2.081	11
Marcas e patentes	20	3.998	3.470
Direito de uso de software	20	5.607	2.102
Relação de clientes/carteira (*)	10 a 20	118.477	57.552
Ágio pago com expectativa de rentabilidade futura		50	3
Carteira de clientes		**131.208**	**63.135**
Amortização acumulada			
Marcas e patentes		(893)	–
Direito de uso de software		(2.926)	(1.923)
Carteira de clientes		(5.540)	–
		(7.361)	(1.923)
Total líquido		**123.847**	**61.212**

(*) Refere-se substancialmente a investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento de produtos advindos de restrições gerados pelos clientes da Companhia e suas controladas.

(b) Movimento do intangível

	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Pesquisa e desenvolvimento	Carteira de clientes	Ágio pago com expectativa de rentabilidade futura	Total
Custo						
Saldos iniciais	3.470	2.102	2.470	–	58.963	67.005
Adições	52	14	1.512	–	58.167	59.745
Aumento inicial compra investimento	1.986	519	–	1.290	2.734	6.529
Variação Cambial	42	3	–	–	22	67
Baixa saldo investimento alienado	(1.600)	(17)	–	–	(1.600)	(1.617)
Saldos finais	**3.950**	**2.601**	**3.874**	**1.290**	**118.476**	**131.529**
Amortização acumulada: Saldos iniciais	–	**(1.923)**	–	**(2.470)**	**(1.600)**	**(5.793)**
Adições	–	**(466)**	–	**(1.290)**	–	**(1.756)**
Aumento inicial compra investimento	(855)	(518)	–	(535)	–	**(1.908)**
Baixa saldo investimento alienado	–	–	–	–	1.400	1.400
Variação Cambial	(38)	(3)	–	–	–	(40)
Saldos finais	**(893)**	**(2.909)**	**(3.540)**	**–**	**–**	**(7.362)**
Custo	2.080	2.601	3.874	1.290	118.476	131.529
(–) Amortização acumulada	(893)	(2.909)	(3.540)	–	–	(7.362)
	1.187	**1.692**	**334**	**1.290**	**118.476**	**124.167**

	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Pesquisa e desenvolvimento	Carteira de clientes	Ágio pago com expectativa de rentabilidade futura	Total
Custo						
Saldos iniciais	14	3.470	800	2.470	–	6.754
Adições	–	–	1.302	–	–	1.302
Baixa pela venda empresa	(5)	–	–	–	–	(5)
Saldo	**9**	**3.470**	**2.102**	**2.470**	**58.963**	**67.005**
Custo	9	3.470	2.102	2.470	58.963	67.005
(–) Amortização acumulada	–	–	–	(2.470)	(1.600)	(4.070)
	9	**3.470**	**2.102**	**–**	**(1.600)**	**(5.793)**
Saldo final	**9**	**3.470**	**2.102**	**(2.470)**	**(1.600)**	**(5.793)**
Custo	9	3.470	2.102	2.470	58.963	67.005
(–) Amortização acumulada	–	–	–	(2.470)	(1.600)	(4.070)
	9	**3.470**	**2.102**	**–**	**57.363**	**62.935**

10. Empréstimos e financiamentos: 10.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros - % a.a. (*)	Vencimento	Consolidado 2018 Circulante	Consolidado 2018 Não circulante	Consolidado 2017 Circulante	Consolidado 2017 Não circulante
Capital de giro	8,66	Novembro de 2023	50.018	85.535	24.443	36.151
Financiamento de investimento	7,51	Março de 2024	12.603	31.011	9.706	15.802
Arrendamento mercantil financeiro	9,60	Abril de 2023	4.939	8.194	3.927	8.193
			67.560	**124.740**	**38.076**	**60.146**

(*) Custo médio anual ponderado efetivo de juros em 31/12/2018. **10.2. Descrição: (i) Capital de giro:** as operações de capital de giro são pré-fixadas com taxa média ponderada de 6,88% a.a., e vencimentos de janeiro de 2019 a novembro de 2023; **(ii) Financiamentos de investimentos (FINAME):** as aquisições de veículos pesados e maquinários utilizados para a operação das controladas. Os contratos possuem taxas prefixadas com média ponderada de 7,51% a.a., com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em março de 2024; **(iii) Arrendamento mercantil financeiro:** as operações são prefixadas com média ponderada de 9,60% a.a., amortização mensal e vencimento da última parcela em abril de 2023. **10.3. Cronograma de pagamento das parcelas de passivo não circulante**

Ano de vencimento	Consolidado 2018	Consolidado 2017
2019	–	21.041
2020	43.361	16.330
2021	33.081	7.687
2022	15.553	4.345
2023	13.273	3.889
a partir 2024	17.452	7.454
	122.718	**60.746**

10.4. Garantias: Os financiamentos com recursos do FINAME são garantidos pelos bens financiados e foram captados essencialmente para construção de aterros sanitários e aquisição de equipamentos. Os aterros são mantidos conforme por intermédio de instituições financeiras credenciadas para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os empréstimos para capital de giro estão garantidos por avais dos acionistas da Companhia. **10.5. Restrições contratuais e covenants:** A Companhia e suas controladas possuem contratos de financiamentos de capital de giro e debêntures que contêm determinadas cláusulas específicas, inclusive de controles específicos (*covenants*). São basicamente vinculados ao índice de cumprimento de Dívida Financeira Líquida/EBITDA*,* que devem ser medidos anualmente. Além disso, a Companhia e suas controladas precisam comunicar antecipadamente da ocorrência de incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária, liquidação, extinção ou dissolução, redução de capital, distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório ou qualquer transferência de ativos da Companhia e suas controladas, bem como entrar com pedido de recuperação judicial. Em 31/12/2018 e 2017 não ocorreram quaisquer eventos que pudessem incrementar em descumprimento contratual.

11. Debêntures: 11.1. Composição

Debêntures	Consolidado 2018	Consolidado 2017
1ª Emissão	8.711	8.711
	8.711	**8.711**
Circulante	**7.847**	**8.612**
Não circulante	**864**	**99**

11.2. Emissão de debêntures: Em 05/12/2012, os membros do Conselho de Administração da controlada em conjunto Descarte Certo em Assembleia Geral Extraordinária deliberaram e aprovaram a 1ª emissão de debêntures, privadas, escriturais e não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a primeira série no valor de R$7 milhões. Até 31/12/2015, foi emitida somente a 1ª série das debêntures, perfazendo o total de R$7 milhões, os recursos capitados foram destinados à construção e aquisições de novas unidades, pagamentos de custos e despesas e ativos relacionados, capital de giro e outras obrigações. Em 17/12/2018, foi realizado o pagamento do saldo devedor do vencimento final para 20/04/2027 e valor principal está sendo pago desde dezembro de 2018 em 100 parcelas, com juros de 6% a.a.

12. Fornecedores

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fornecedores - operações nacionais	39.504	25.443
Fornecedores - operações internacionais	1.000	1.000
	39.504	**26.443**

13. Impostos a recolher e tributos parcelados: 13.1. Composição

	Consolidado 2018 Circulante	Consolidado 2018 Não circulante	Consolidado 2017 Circulante	Consolidado 2017 Não circulante
IR	3.968	95	–	–
CSLL	93	30	–	–
IRRF	148	73	–	–
PIS	1.057	–	200	–
COFINS	6.476	–	1.503	–
ICMS	223	–	38	–
ISS	561	–	171	–
Outros tributos	3.423	–	–	–
Parcelamentos PERT	2.219	6.364	923	5.005
	18.170	**6.562**	**2.835**	**5.005**

13.2. Parcelamento: Em 31/12/2018, o montante de R$ 2.219 (R$923 em 2017) também está classificado no passivo circulante e R$ 6.364 (R$5.005 em 2017) no passivo não circulante, considerando o deferimento por parte da Receita Federal do Brasil (RFB). **Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Lei nº 13.496/2017:** As controladas Ambiec, Getel, Ecoeste, Reé e Sustrans aderiram ao PERT em 30/08/2017. Os saldos dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito do Programa, foram reconhecidos em abril de 150 vezes, sendo que o valor das parcelas nos 5 primeiros meses correspondem a 0,5% da dívida e o saldo restante em 145 parcelas, com índice de correção das parcelas é a Selic. Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 26/10/2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os débitos da adesão ao PERT foram reconhecidos no momento da consolidação da dívida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

14. Provisões

	Ambiec 2018	Ambiec 2017	Getel 2018	Getel 2017	Ecosorb 2018	Ecosorb 2017	Sustrans 2018	Sustrans 2017
	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Receita Federal do Brasil	Receita Federal do Brasil	Receita Federal do Brasil	Receita Federal do Brasil	Receita Federal do Brasil	Receita Federal do Brasil
	Tributário	Tributário	Tributário	Tributário	Tributário	Tributário	Tributário	Tributário
Valor Original	2.060	5.168	1.852	1.294	259	327	539	539
Valor Original Juros e multas							3.066	83
Juros e Multas	1.904	2.799	1.859	428	117	167	229	312
Prejuízo Fiscal	–	(6.296)	–	367	–	(292)	(361)	(368)
Decisão judicial (multas e juros)	(1.456)	–	(1.426)	(321)	(72)	(128)	(195)	(233)
Total da Dívida	**2.508**	**2.672**	**2.285**	**1.768**	**304**	**74**	**3.278**	**33**
Amortização da dívida	(382)	(185)	(202)	(7)	(25)	–	(21)	(57)
Saldo em 31/12/18	**2.126**	**2.487**	**2.083**	**1.027**	**279**	**–**	**3.257**	**(24)**
Parcelamento	**2.066**	**2.087**	**2.063**	**1.027**	**238**	**–**	**229**	**338**

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
(a) Saldo em 1/01/2017		3.117
(-) Aumento		118
(b) Saldo em 31/12/2017		**3.235**
(+) Acervo aquisição Investimento		3.080
(-) Baixa pela venda Bioland		(30)
(-) Dimunuição		(1.683)
(c) Saldo em 31/12/2018		**4.602**

13.3. Cronograma de pagamento das parcelas do não circulante

Ano	Consolidado 2018	Consolidado 2017
2019	–	1.312
2020	988	373
2021	988	373
2022	988	373
2023	831	373
a partir 2024	1.556	2.239
	5.351	**5.043**

14. Provisão para contingências: 14.1. Composição: Em 31/12/2018 e 2017 as controladas apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado 2018				Consolidado 2017			
Contingências cenários	**Depósitos judiciais**	**Provisão para contingências**	**Depósitos judiciais**	**Provisão para contingências**				
Contingências trabalhistas	4.426	4.605	4.345	3.235				
Contingências previdenciárias	4.426	4.605	4.345	3.235				

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis, e está discutindo a cobrança judicial de tributos nas esferas administrativa com na judicial, as quais, quando adjudicadas, são amparadas por depósitos judiciais realizados de forma recursal. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa de perda provável de recebas, para o processo cujo provável êxito de de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativo adicional sobre os resultados da Companhia. **14.2. Passivos não provisionados para contingências:** A movimentação da provisão para contingências nos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado 2018	Consolidado 2017
(a) Saldo em 1/01/2017		**2.414.404**
(-) Aumento		118
(b) Saldo em 31/12/2017		**2.414.522**
(-) Baixa pela venda Bioland		(1.683)
(c) Saldo em 31/12/2018		**4.602**

14.3. Naturezas das contingências: As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários e também a vertebas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. As cíveis referem-se a processos movidos por ex-fornecedores e clientes, que envolvem a indenização de danos materiais decorrentes de relação comercial que existiu com as controladas da Companhia. Em 31/12/2018, a Administração reavaliou os critérios de provisão para contingências trabalhistas e previdenciárias considerando o risco de perda em cada processo e passou a registrar o valor estimado de perda provável em cada solicitação realizada nos processos. A Companhia e suas controladas possuem ações trabalhistas classificadas como perda considerada possível em 31/12/2018 no montante estimado pelos seus assessores jurídicos de R$ 8.218 (Em 31/12/2017 no montante de R$ 6.208). **14.4. Contingências ativas:** Atualmente, não existem ações de danos e indenização há um ex-cliente em virtude de recebíveis inadimplentes sustentados pela presente efetiva dos serviços e multa contratual de quebra de contrato firmado. O processo está sendo conduzido pelo jurídico interno do Grupo não provisionado. **14.5. Informações sobre os principais processos judiciais relacionadas: 15.1. Composição:** Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo: Dividendos a receber:				
Sustrans Chile	–	–	425	–
Planeta Ambiental	2.026	–	–	–
Brasil Ambiental	3.477	–	–	–
Descarte Certo Soluções	708	–	–	–
Reé	86	51	–	–
Getel	10.976	–	–	–
Multiambiental	–	1.132	–	–
Planeta Ambiental	1.003	875	–	–
Ecosorb	437	–	–	–
WGRA Operações	40	–	–	–
Emergência Participações	15.012	3.127	–	–
Chaz Chile Servicios Portuarios Ltda.	–	1	–	–
Ingenieria en Sanitización S.A.	–	–	240	–
Chaz Peru SAC	–	–	150	–
Ingeniean Peru SAC	–	–	66	–
	28.290	**7.363**	**848**	**–**
Passivo: Dividendos a pagar:				
Acionista controlador	389	389	389	389
Acionistas não controladores	87	87	87	87
	476	**476**	**476**	**476**
Mútuo (não circulante): Ambiec	69.733	30.331	–	–
Descarte Certo Soluções	3.136	2.762	–	–
Getel	11.829	8.755	–	–
Multiambiental	–	1.989	–	–
Emergência Participações	21.623	–	–	–
WGRA Operações	1.314	–	–	–
Sustrans	–	–	2.948	–
Investimentos Algarrobo Ltda. (mútuo de interesses no desenvolvimento) (*)	**107.635**	**43.837**	**241**	**2.948**
Diaf Sanitarios Portables Ltda. (*)	–	–	(21)	(56)
Ecoeste Produtos Ambientais S.A. (*)	–	–	(15)	(6)
Diaf Peru S.A.C. (*)	–	–	11	–
Diaf Peru S.A.C. (*)	–	–	(5)	–
Pabo Pinchet EIRL (*)	–	–	–	39
Servicios Administrativos Ltda. (*)	–	–	1.324	–
Imobiliaria e Investimos D&G Ltda. (*)	–	–	(3)	–
	–	**–**	**(28)**	**(26)**
Remuneração das pessoas-chave	**–**	**–**	**4.004**	**4.003**

(*) Partes relacionadas envolvidas ao acionista não controlador chaiez, que mantem operações comerciais (ambientais) e de mútuo com as empresas do Grupo Ambipar, no exterior. A principal transação com partes relacionadas foi realizada nas seguintes condições: **• Mútuos:** as controlas preveem a realização de transações com partes entre as empresas controladas e a Companhia, cujos contratos são por tempo indeterminado e sem remuneração, por se tratar de transação com características de centralização de caixa. **15.2. Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração de todos os diretores do grupo e conselho de administração que corresponde a 31/12/2018 e 2017 são as seguintes:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativos: Dividendos a receber:				
Sustrans Chile	–	–	425	–
	–	**–**	**425**	**–**
Mútuo (não circulante): Bioland	2.026	–	–	–
Brasil Ambiental	3.477	–	–	–
Descarte Certo Soluções	708	–	–	–
Reé	86	51	–	–
Getel	10.976	–	–	–
Multiambiental	–	1.132	–	–
Planeta Ambiental	1.003	875	–	–
Ecosorb	437	–	–	–
WGRA Operações	40	–	–	–
Emergência Participações	15.012	3.127	–	–
Chaz Chile Servicios Portuarios Ltda.	–	1	–	–
Ingeniería en Sanitización S.A.	–	–	240	–
Chaz Peru SAC	–	–	150	–
Ingeniean Peru SAC	–	–	66	–
	28.290	**7.363**	**848**	**–**
Passivo: Dividendos a pagar:				
Acionista controlador	389	389	389	389
Acionistas não controladores	87	87	87	87
	476	**476**	**476**	**476**
Mútuo (não circulante): Ambiec	69.733